



Ministério da Justiça
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
4º Distrito Regional de Polícia Rodoviária Federal

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013

MACAPÁ/AP, 2014



**Ministério da Justiça
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
4º Distrito Regional de Polícia Rodoviária Federal**



RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013

Relatório de Gestão do exercício de 2013 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinárias anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 127/2013 e da Portaria TCU nº 175/2013 e das orientações do órgão de controle interno (Portaria CGU-PR nº 133/2013).

MACAPÁ, 28 DE MARÇO DE 2014

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

ADI	Avaliação de Desempenho Individual
ANTT	Agência Nacional de Transportes Terrestres
APH	Atendimento Pré-Hospitalar
CGO	Coordenação Geral de Operações
CGPLAM	Coordenação Geral de Planejamento e Modernização
CGU	Controlaria-Geral da União
CIEE	Centro de Integração Empresa Escola
CNH	Carteira Nacional de Habilitação
COEN	Coordenação Geral de Ensino
CRLV	Certificado de Registro e Licenciamento Veicular
CTB	Código de Trânsito Brasileiro
DENATRAN	Departamento Nacional de Trânsito
DETRAN	Departamento Estadual de Trânsito
DG	Direção Geral
DNIT	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
DPRF	Departamento de Polícia Rodoviária Federal
LOA	Lei Orçamentária Anual
MJ	Ministério da Justiça
MPO	Manual de Procedimentos Operacionais
MPOG	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
OS	Ordem de Serviço
PF	Pessoas Fiscalizadas
PPA	Plano Plurianual
PRF	Polícia Rodoviária Federal
RG	Relatório de Gestão
RP	Restos a Pagar
SENAT	Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte
SEST	Serviço Social do Transporte
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIAPE	Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SIASG	Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais do Governo Federal
SICONV	Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Governo Federal
SIGER	Sistema de Informações Gerenciais
SIORG	Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
TCU	Tribunal de Contas da União
UCC	Unidade Centralizadora de Compras
UJ	Unidade Jurisdicionada
UO	Unidade Orçamentária

SUMÁRIO

1- Identificação e Atributos.....	07
1.1- Identificação da Unidade Jurisdicionada.....	07
1.2- Finalidades e Competências Institucionais.....	08
1.3- Organograma Funcional	11
1.4- Macroprocessos Finalísticos.....	20
1.5- Macroprocessos de Apoio.....	23
1.6- Principais Parceiros.....	24
2. Apresentação.....	26
3- Planejamento e Resultados alcançados.....	27
3.1-Sintetização do plano estratégico e operacional, vinculação com o plano plurianual e estratégias adotadas.....	27
3.2- Programação Orçamentária e Financeira e resultados alcançados abrangendo os objetivos previstos no PPA e relação de Ações da LOA.....	36
4- Estrutura de Governança e de Autocontrole da Gestão.....	46
4.1- Informações sobre o sistema de controle interno da UJ.....	46
4.2- Controles Internos administrativos da unidade.....	47
4.3 – Estrutura e atividade do Sistema de Correição da Unidade.....	48
4.4- Cumprimento pela Instância de Correição da Portaria nº 1043/07/CGU.....	48
5- Tópicos Especiais da Execução Orçamentária e Financeira.....	49
5.1- Execução das despesas.....	51
5.2- Reconhecimento de passivos.....	52
5.3 – Análise crítica da gestão orçamentária e financeira.....	52
6- Gestão de Pessoas, Terceirização de Mão de Obra e Custos relacionados.....	54
6.1- Composição do quadro de servidores ativos.....	54
6.1.1- Demonstração da Força de Trabalho da UJ	54
6.1.2- Situações que reduzem a força de trabalho	54
6.2- Qualificação da Força de Trabalho da UJ.....	54
6.2.1- Detalhamento da estrutura de cargos em comissão	54
6.2.2- Qualificação da força de trabalho segundo a idade	54
6.2.3- Qualificação da força de trabalho segundo a escolaridade	55
6.3- Custos de Pessoal na Unidade	55
6.4- Composição do Quadro de servidores Inativos e Pensionistas	55
6.4.1- Classificação do quadro de servidores inativos da UJ segundo o regime.....	55
6.4.2- Demonstração das origens das pensões pagas.....	56
6.5- Atos sujeitos ao controle do TCU.....	56
6.6- Acumulação indevida de cargos.....	56
6.7- Indicadores gerenciais sobre Recursos Humanos.....	56
6.8 -Terceirização de Mão de Obra e Contratação de Estagiários.....	56
6.8.1- Informações Sobre Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância.....	56
6.8.2- Informação sobre locação de Mão de Obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos do Órgão.....	57
6.8.3- Composição do Quadro de Estagiários.....	57
7- Gestão do Patrimônio Mobiliário e Imobiliário.....	59
7.1- Gestão da Frota de Veículos Próprios.....	60
7.2- Gestão do Patrimônio Imobiliário.....	62
7.2.1- Distribuição espacial dos bens imóveis.....	62
7.2.2- Discriminação dos bens imóveis.....	64
8- Gestão do Uso dos Recursos Renováveis e Sustentabilidade Ambiental.....	64
8.1- Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis.....	64
8.2-Consumo de Papel, energia elétrica e água.....	64

9- Conformidade e Tratamento das Disposições Legais e Normativas.....	64
9.1- Situação do cumprimento das obrigações impostas pela Lei 8.730/93.....	64
10- Relacionamento com a sociedade.....	64
11- Resultados e Conclusões.....	65
12- Anexo I – Declaração da cumprimento da Lei 8.730/93.....	66
13- Anexo II – Declaração SIASG/SICONV.....	67
14 – Anexo III – Informações Contábeis.....	68
15- Anexo IV- Justificativa para as retrições contábeis.....	69

LISTA DE QUADROS

I	Identificação da UJ
II	Estrutura Organizacional
III	Programa Temático
IV	Programa de Governo Constante no PPA - Temático
V	Ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ
VI	Ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ
VII	Ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ
VIII	Ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ
IX	Ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ
X	Ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ
XI	Ações não previstas na LOA 2013 – RP - OFSS
XII	Ações não previstas na LOA 2013 – RP - OFSS
XIII	Informações sobre o sistema de controle da UJ
XIV	Movimentação orçamentária interna por grupo de despesa
XV	Despesas por modalidade de contratação – créditos originários
XVI	Despesas por grupo e elemento de despesa – créditos por movimentação
XVII	Reconhecimento de passivo por insuficiência de crédito ou recurso
XVIII	Situação dos restos a pagar de exercícios anteriores
XIX	Demonstração de força de trabalho da UJ
XX	Situações que reduzem a força de trabalho da UJ
XXI	Quantificação dos cargos em comissão e funções gratificadas da UJ
XXII	Qualificação do Quadro de pessoal da UJ por faixa etária
XXIII	Qualificação do Quadro de pessoal da UJ segundo a escolaridade
XXIV	Demonstrativo de custos de pessoal
XXV	Composição do Quadro de servidores inativos
XXVI	Instituidores de pensão
XXVII	Atos Sujeitos ao registro do TCU
XXVIII	Contrato de prestação de serviços de limpeza e vigilância
XXIX	Contrato de prestação de serviço com locação de mão de obra
XXX	Composição do quadro de estagiários
XXXI	Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ
XXXII	Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ
XXXIII	Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis
XXXIV	Consumo de papel, energia elétrica e água

1. Identificação e Atributos

1.1- Identificação da Unidade Jurisdicionada

Quadro 1 – A.1.1.1 – Identificação da UJ - Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Departamento de Polícia Rodoviária Federal			Código SIOrg:000704
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: 4º Distrito Regional de Polícia Rodoviária Federal			
Denominação abreviada: 4º DRPRF			
Código SIOrg: 29304	Código LOA: não se aplica		Código SIAFI: 200233
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Administração Direta			
Principal Atividade: Segurança Pública			Código CNAE: 7524-8/00
Telefones/Fax de contato:	(096) 3225-9000	(096) 3225-9001	(096) 3251-8114
Endereço eletrônico: sup.ap@dprf.gov.br			
Página da Internet: http://www.dprf.gov.br			
Endereço Postal: BR 210, nº 201- São Lázaro. Macapá/AP. CEP 68909-094.			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Constituição Federal, artigo 144; Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, artigo 20 ; Decreto nº 1.655, de 03 de outubro de 1996.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Decreto nº 6.061/2007, Regimento Interno, aprovado pela Portaria nº 1.375, de 02 de agosto de 2007, do Ministro de Estado da Justiça, publicada no Diário Oficial da União nº 150, de 06 de agosto de 2007 e Portaria nº 122/97/DPRF/MJ.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Manual de Procedimentos Operacionais do DPRF			

1.2- Finalidades e Competências Institucionais

A Polícia Rodoviária Federal - PRF tem como missão precípua promover a segurança viária nas rodovias e estradas federais sob sua circunscrição. Naturalmente, o trabalho desenvolvido no leito viário impacta todo o espectro de segurança pública, tarefa típica do Estado. Portanto, pode-se dizer que os beneficiários dos serviços da PRF são os usuários dessas vias, bem como a população a ela lindeira e, em última análise, a sociedade de modo geral.

A segurança viária compreende a prevenção da ocorrência de acidentes de trânsito e, também, o enfrentamento aos ilícitos que se valem dessas vias para sua locomoção ou movimentação. Nesta região típica de fronteira, o enfrentamento ao tráfico de drogas, armas, contrabando, descaminho, crimes ambientais, crimes contra a dignidade da pessoa humana ganha contornos mais fortes.

As competências da PRF têm seus principais marcos legais na Constituição da República Federativa do Brasil, na Lei 9.503/93 (Código de Trânsito Brasileiro), no Decreto 1.655/95 e no Regimento Interno, aprovado pela Portaria 1.375/2007 do Senhor Ministro da Justiça, o qual será apresentado no próximo campo – organograma funcional.

Com o advento da Constituição de 1988, a Polícia Rodoviária Federal foi integrada ao Sistema Nacional de Segurança Pública, como aduz o Capítulo III, Item II, Art. 144, caput, inciso II, §2º.

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

...

II - polícia rodoviária federal

...

2º A polícia rodoviária federal, órgão permanente, estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das rodovias federais.

Sob essa nova ótica, a Polícia Rodoviária Federal passou a ter, também, como missão, parte das responsabilidades do Poder Executivo Federal, para com a segurança pública, além das atribuições normais de prestar segurança aos usuários das vias federais, socorrer as vítimas de acidentes de trânsito, zelar pela proteção do patrimônio da União, entre outras.

No âmbito infraconstitucional, destaca-se a inserção da PRF no artigo 20 da Lei 9.503, de 23 de setembro de 1997, Código de Trânsito Brasileiro – CTB, definindo-a como órgão componente do sistema nacional de trânsito e dando as seguintes competências:

I - cumprir e fazer cumprir a legislação e as normas de trânsito, no âmbito de suas atribuições;

II - realizar o patrulhamento ostensivo, executando operações relacionadas com a segurança pública, com o objetivo de preservar a ordem, incolumidade das pessoas, o patrimônio da União e o de terceiros;

III - aplicar e arrecadar as multas impostas por infrações de trânsito, as medidas administrativas decorrentes e os valores provenientes de estada e remoção de

veículos, objetos, animais e escolta de veículos de cargas superdimensionadas ou perigosas;

IV - efetuar levantamento dos locais de acidentes de trânsito e dos serviços de atendimento, socorro e salvamento de vítimas;

V - credenciar os serviços de escolta, fiscalizar e adotar medidas de segurança relativas aos serviços de remoção de veículos, escolta e transporte de carga indivisível;

VI - assegurar a livre circulação nas rodovias federais, podendo solicitar ao órgão rodoviário a adoção de medidas emergenciais, e zelar pelo cumprimento das normas legais relativas ao direito de vizinhança, promovendo a interdição de construções e instalações não autorizadas;

VII - coletar dados estatísticos e elaborar estudos sobre acidentes de trânsito e suas causas, adotando ou indicando medidas operacionais preventivas e encaminhando-os ao órgão rodoviário federal;

VIII - implementar as medidas da Política Nacional de Segurança e Educação de Trânsito;

IX - promover e participar de projetos e programas de educação e segurança, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo CONTRAN;

X - integrar-se a outros órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito para fins de arrecadação e compensação de multas impostas na área de sua competência, com vistas à unificação do licenciamento, à simplificação e à celeridade das transferências de veículos e de prontuários de condutores de uma para outra unidade da Federação;

XI - fiscalizar o nível de emissão de poluentes e ruído produzidos pelos veículos automotores ou pela sua carga, de acordo com o estabelecido no art. 66, além de dar apoio, quando solicitado, às ações específicas dos órgãos ambientais.

O Decreto nº 1.655, de 03 de outubro de 1995, publicado no DOU de 04 de outubro de 1995, por sua vez, define, amiúde, as competências institucionais da PRF, em particular nos aspectos ligados ao enfrentamento à criminalidade:

I - realizar o patrulhamento ostensivo, executando operações relacionadas com a segurança pública, com o objetivo de preservar a ordem, a incolumidade das pessoas, o patrimônio da União e o de terceiros;

II - exercer os poderes de autoridade de polícia de trânsito, cumprindo e fazendo cumprir a legislação e demais normas pertinentes, inspecionar e fiscalizar o trânsito, assim como efetuar convênios específicos com outras organizações similares;

III - aplicar e arrecadar as multas impostas por infrações de trânsito e os valores decorrentes da prestação de serviços de estadia e remoção de veículos, objetos, animais e escolta de veículos de cargas excepcionais;

IV - executar serviços de prevenção, atendimento de acidentes e salvamento de

vítimas nas rodovias federais;

V - realizar perícias, levantamentos de locais boletins de ocorrências, investigações, testes de dosagem alcoólica e outros procedimentos estabelecidos em leis e regulamentos, imprescindíveis à elucidação dos acidentes de trânsito;

VI - credenciar os serviços de escolta, fiscalizar e adotar medidas de segurança relativas aos serviços de remoção de veículos, escolta e transporte de cargas indivisíveis;

VII - assegurar a livre circulação nas rodovias federais, podendo solicitar ao órgão rodoviário a adoção de medidas emergenciais, bem como zelar pelo cumprimento das normas legais relativas ao direito de vizinhança, promovendo a interdição de construções, obras e instalações não autorizadas;

VIII - executar medidas de segurança, planejamento e escoltas nos deslocamentos do Presidente da República, Ministros de Estado, Chefes de Estados e diplomatas estrangeiros e outras autoridades, quando necessário, e sob a coordenação do órgão competente;

IX - efetuar a fiscalização e o controle do tráfico de menores nas rodovias federais, adotando as providências cabíveis contidas na [Lei nº 8.069 de 13 junho de 1990](#) (Estatuto da Criança e do Adolescente);

X - colaborar e atuar na prevenção e repressão aos crimes contra a vida, os costumes, o patrimônio, a ecologia, o meio ambiente, os furtos e roubos de veículos e bens, o tráfico de entorpecentes e drogas afins, o contrabando, o descaminho e os demais crimes previstos em leis.

A Lei 9.654, de 2 de junho de 1998, alterada pela Leis 11.358/2006, 11.784/2008 e 12.775/2012, estabelece as competências funcionais do Policial Rodoviário Federal.

Art. 2º-A. A partir de 1º de janeiro de 2013, a Carreira de que trata esta Lei, composta do cargo de Policial Rodoviário Federal, de nível superior, passa a ser estruturada nas seguintes classes: Terceira, Segunda, Primeira e Especial, na forma do Anexo I-A, observada a correlação disposta no Anexo II-A. [\(Incluído pela Lei nº 12.775, de 2012\)](#)

§ 1º As atribuições gerais das classes do cargo de Policial Rodoviário Federal são as seguintes: [\(Incluído pela Lei nº 12.775, de 2012\)](#)

I - Classe Especial: atividades de natureza policial e administrativa, envolvendo direção, planejamento, coordenação, supervisão, controle e avaliação administrativa e operacional, coordenação e direção das atividades de corregedoria, inteligência e ensino, bem como a articulação e o intercâmbio com outras organizações e corporações policiais, em âmbito nacional e internacional, além das atribuições da Primeira Classe; [\(Incluído pela Lei nº 12.775, de 2012\)](#)

II - Primeira Classe: atividades de natureza policial, envolvendo planejamento, coordenação, capacitação, controle e execução administrativa e operacional, bem

como articulação e intercâmbio com outras organizações policiais, em âmbito nacional, além das atribuições da Segunda Classe; [\(Incluído pela Lei nº 12.775, de 2012\)](#)

III - Segunda Classe: atividades de natureza policial envolvendo a execução e controle administrativo e operacional das atividades inerentes ao cargo, além das atribuições da Terceira Classe; e [\(Incluído pela Lei nº 12.775, de 2012\)](#)

IV - Terceira Classe: atividades de natureza policial envolvendo a fiscalização, patrulhamento e policiamento ostensivo, atendimento e socorro às vítimas de acidentes rodoviários e demais atribuições relacionadas com a área operacional do Departamento de Polícia Rodoviária Federal. [\(Incluído pela Lei nº 12.775, de 2012\)](#)

§ 2º As atribuições específicas de cada uma das classes referidas no § 1º serão estabelecidas em ato dos Ministros de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Justiça. [\(Incluído pela Lei nº 12.775, de 2012\)](#).

Existem outros diplomas legais que acometem atribuições à PRF. Entretanto, as normas citadas são as que mais traduzem as competências e finalidade da Instituição.

A PRF, historicamente, se dedicou por longas décadas ao policiamento de trânsito. Em sua ação cotidiana pouco se envolvia com operações e ações de combate e enfrentamento a criminalidade. Entretanto, como o passar dos anos e com o aumento da violência, a estrada, antes palco para o escoamento de riquezas e para o exercício do direito constitucional à livre locomoção, passou a servir, também, de suporte logístico para a circulação de criminosos e movimentação de produtos ilícitos.

Esse fato trouxe para o seio da PRF uma nova preocupação, qual seja: preparar-se para o enfrentamento a esses ilícitos, sem descuidar, no entanto, de sua missão histórica de zelar pela segurança e fluidez do trânsito.

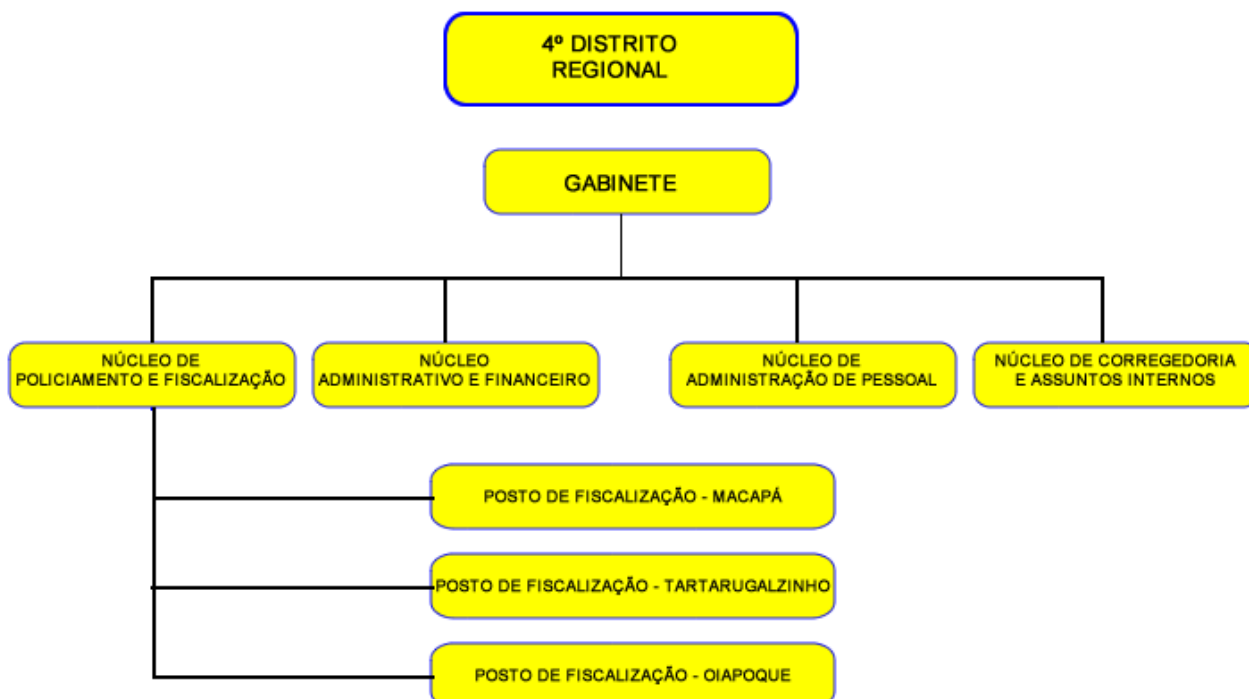
O elemento norteador dessas ações, iniciativas, empreendimentos, indicadores e metas é o planejamento estratégico, seu mapa permite o correto posicionamento dos gestores quanto ao emprego dos recursos públicos de forma ordenada e com alvo definido, o que será ilustrado no tema planejamento da unidade.

1.3- Organograma Funcional

O 4º Distrito Regional do Departamento de Polícia Rodoviária Federal (4º DRPRF/AP), unidade desconcentrada do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, com circunscrição em todo o Estado do Amapá, tem em sua estrutura uma unidade administrativa, 02 (dois) postos de fiscalização e 01 (uma) unidade de apoio operacional, distribuídos em pontos estratégicos do Estado, dispostos da seguinte forma:

Sede administrativa do Distrito, localizada em Macapá-AP, tem sua organização estrutural assim distribuída:

Quadro 2 – Estrutura Organizacional



Sob Coordenação do Núcleo de Policiamento e Fiscalização, responsável pela realização da atividade finalística da Instituição, funcionam os seguintes postos: Posto de fiscalização 01, localizado no Km 08 da BR 210; Unidade de apoio operacional 02, localizado no Km 445 da BR 156; e Posto de fiscalização 03, localizado no Km 792 da BR 156.

O Regimento Interno da PRF, aprovado pela Portaria nº 1.375, de 02 de agosto de 2007, do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Justiça, especifica as atribuições de cada uma dessas estruturas. Transcrevemos abaixo, as principais competências regimentais relativas à unidade do tipo Distrito:

Art. 96. Aos Distritos Regionais de Polícia Rodoviária Federal, nos âmbitos das respectivas circunscrições, compete:

I - executar as atividades pertinentes ao Departamento de Polícia Rodoviária Federal;

II - conceder remoção a pedido, anuênios, adicional de periculosidade ou insalubridade, licença-prêmio, quintos/décimos, isenção de imposto de renda, averbação de tempo de serviço, abono de permanência e apostilamento de proventos, observada a respectiva legislação vigente;

III - emitir certidões por tempo de serviço dos servidores lotados na Unidade Regional;

IV - lotar servidores no âmbito da Unidade Regional;

V - conceder remoção, ex-officio, no âmbito da Unidade Regional, desde que não decorra ônus para a União;

- VI - aprovar as ações de capacitação no âmbito de sua competência;
- VII - aprovar e encaminhar o planejamento anual de ações de capacitação sob sua responsabilidade;
- VIII - autorizar a participação de servidores, sob sua subordinação, nas ações de capacitação;
- IX - autorizar a participação de servidores instrutores, sob sua subordinação, nas atividades de instrutoria nas ações de capacitação da Regional e do Departamento;
- X - encaminhar relatório de atividades de ações de capacitação ocorridas no âmbito de suas competências; e
- XI – zelar pela harmonia, hierarquia e ética funcional dos servidores.

Art. 97. Ao Núcleo de Policiamento e Fiscalização compete:

- I - programar, coordenar e executar as atividades de policiamento e segurança rodoviária, inspeção e fiscalização do trânsito, transporte de pessoas e bens, prevenção e repressão de roubo e furto de veículos e de cargas, identificação e monitoramento de locais de acidentes, socorro e salvamento de vítimas, elaborar estatísticas, transitometria e executar o credenciamento de escoltas;
- II – planejar, coordenar, orientar e executar as atividades de saúde no âmbito das vias federais, quais sejam:
 - a) atendimento pré-hospitalar e resgate
 - b) transporte inter-hospitalar;
 - c) transporte de órgãos;
 - d) apoio de saúde a operações da Unidade Regional;
 - e) apoio de saúde a dignitários e a outros órgãos;
 - f) comandos de saúde preventivos para o trânsito;
 - g) atividades de medicina do tráfego;
 - h) investigação de causas motivadoras de acidentes de trânsito;
 - i) confecção de estatísticas de atendimento às vítimas de acidentes.
- III - acompanhar cursos e treinamentos correlacionados às atividades acima elencadas;
- IV - propor a aquisição de materiais permanentes e de consumo correlacionados às atividades elencadas no inciso II;
- V - representar a Unidade Regional junto aos Conselhos Regionais de Medicina, Enfermagem, Farmácia, Psicologia, Assistência Social, Odontologia, Educação Física, Secretarias de Saúde Estaduais e Municipais; Corpo de Bombeiro; Devesa Civil e outros órgãos e instituições locais com atividades congêneres na busca de convênios e parcerias para uma melhor consecução das atividades elencadas no inciso II;
- VI - orientar, controlar e executar as atividades relacionadas com a segurança do trânsito, prevenção e levantamento de locais de acidentes;

- VII - propor medidas para a redução dos índices de acidentes e preservação da integridade física dos usuários e dos servidores quando em serviço;
- VIII - manter arquivos atualizados de boletins de ocorrências;
- IX - preparar e fornecer os elementos necessários à elaboração de relatórios e coleta de dados estatísticos de acidentes de trânsito;
- X - orientar e fazer cumprir as normas de segurança relativas ao trânsito de produtos perigosos elaborando planos e procedimentos para a condução ou atendimento a acidentes envolvendo esses produtos, bem como realizar estudos e análises sobre a legislação e as normas de segurança;
- XI - colaborar com a educação de trânsito ministrada nas escolas, empresas e órgãos oficiais;
- XII - promover a realização de trabalhos de fotografia técnica, desenhos, plantas, croquis e demais meios necessários à ilustração e complementação dos serviços efetuados, assim como controlar, supervisionar e manter cadastro atualizado de formulários destinados a boletins de ocorrências;
- XIII - realizar estudos e pesquisas sobre acidentes de trânsito, objetivando, principalmente, a determinação de pontos críticos, assim como orientar e controlar as tarefas relativas a levantamentos, consolidação, análise e divulgação de dados e informações, promovendo a realização periódica de censos e outros métodos necessários à identificação dos fenômenos do trânsito rodoviário;
- XIV - coletar, atualizar e repassar à Divisão de Patrimônio e Material, informações pertinentes à estadia, locomoção, alimentação e demais dados necessários ao planejamento logístico, quando da realização de operações fora de sua circunscrição;
- XV - coordenar e comandar os grupos especiais, tais como: corpo de motociclismo, grupos de operações com cães, grupos de controle de distúrbios, entre outros;
- XVI - orientar, controlar e executar as atividades referentes às autuações, medidas administrativas, aplicação de penalidades, arrecadação, controle e fornecimento de dados para o processamento e cobrança das multas de trânsito, taxas e outros valores decorrentes da prestação de serviços, convênios e contratos;
- XVII - organizar, controlar, orientar e distribuir às unidades do Distrito Regional, normas relativas à atualização e interpretação da legislação de trânsito e outros procedimentos que disciplinam a aplicação de penalidades;
- XVIII - organizar, controlar e manter atualizado o cadastro de registro de multas e o processamento das penalidades aplicadas, de acordo com as disposições legais;
- XIX - acompanhar e controlar a arrecadação de multas, taxas e outros valores decorrentes da prestação de serviços;
- XX - controlar, orientar e manter cadastro atualizado de talões de autos de infrações e autos de infrações distribuídos, extraviados ou danificados;

- XXI - controlar, orientar e gerenciar processos de cancelamento de multas;
- XXII - elaborar mapas gerenciais e demonstrativos de autuações, de penalidades aplicadas e da arrecadação de multas, bem como manter registros de débitos existentes;
- XXIII - preparar as informações técnicas atinentes aos processos judiciais acerca de multas;
- XXIV - coordenar e prestar apoio técnico às Comissões Administrativas de Defesa de Autuação - CADA, e às Juntas Administrativas de Recursos de Infrações – JARI; e
- XXV – coordenar e controlar as atividades da Central de Informação Operacional – CIOP, mantendo-a sob sua subordinação direta.

Art. 98. Ao Núcleo Administrativo e Financeiro compete:

- I - programar, coordenar e executar as atividades relativas às áreas de administração, orçamento e finanças, material e patrimônio, transporte e manutenção, documentação, obras e serviços, informática e telecomunicações;
- II - executar as atividades inerentes às aquisições de materiais e serviços de interesse do Distrito Regional;
- III - auxiliar na elaboração de editais de licitação, minutas de contratos e convênios, acompanhando as suas formalizações;
- IV - orientar e revisar os projetos básicos e termos de referência das áreas requisitantes, bem como os demais instrumentos pertinentes ao processo licitatório;
- V - coordenar e analisar os atos relacionados aos procedimentos licitatórios, nas suas diversas modalidades;
- VI - comunicar ao superior hierárquico os atos de dispensa ou inexigibilidade de licitação no âmbito do Distrito Regional;
- VII - elaborar demonstrativos sobre a execução orçamentária e financeira;
- VIII - controlar e executar os recursos recebidos, além de emitir notas de empenho, efetuando, quando necessário, reforços e cancelamentos;
- IX - informar, para fins de licitação, a existência de disponibilidade orçamentária;
- X - controlar o crédito disponível existente nos diversos elementos de despesas;
- XI - controlar, conferir e processar os pagamentos de despesas do exercício, de restos a pagar e de exercícios anteriores;
- XII - receber, registrar e devolver cauções dadas como garantia de contratos;
- XIII - analisar, avaliar e efetuar conferência prévia de processos e outros documentos de pagamento;
- XIV - proceder à liquidação de processos de despesas e documentos de pagamentos;
- XV - analisar os processos de concessão de diárias, transporte, ajuda de custos e suprimentos de fundos;
- XVI - emitir ordens bancárias de pagamentos, de créditos ou de guias de

recebimentos;

XVII - manter atualizados os credenciamentos de ordenadores de despesa junto aos estabelecimentos bancários;

XVIII - manter atualizado o rol de servidores responsáveis pelo gerenciamento de recursos orçamentários e financeiros e pela administração do patrimônio do Distrito Regional;

XIX – manter atualizado o registro da identificação, quantitativo e numeração do manequim

dos servidores do Distrito para pronto atendimento quando solicitado; e

XX – providenciar a edição, publicação e distribuição do boletim de servido da Unidade Regional, bem como a reprodução e distribuição às chefias da Unidade de um exemplar do boletim de serviço central.

Art. 99. Ao Núcleo de Administração de Pessoal compete:

I - orientar, controlar e executar as atividades de ensino e capacitação dos servidores, propor planos e programas de aperfeiçoamento e demais atividades referentes ao ensino e profissionalização, bem como manter cadastro atualizado da ficha curricular dos servidores;

II - auxiliar na realização de estágios, cursos, concursos públicos e outros processos seletivos;

III - realizar estudos e pesquisas com a finalidade de elaborar e propor normas complementares à legislação afeta à área de pessoal;

IV - analisar, elaborar e opinar sobre propostas, projetos e demais atos de natureza normativa sobre a sua área de competência;

V - instruir e emitir pareceres em consultas relacionadas com a interpretação e aplicação da legislação na área de pessoal;

VI - planejar e executar as atividades relativas a avaliações dos servidores para fins de homologação do estágio probatório e concessão de Progressão Funcional e da Gratificação Desempenho de Atividade Técnica Administrativa - GDATA, bem como as atividades pertinentes à capacitação dos servidores administrativos que não obtiveram índice satisfatório na avaliação da GDATA;

VII - pesquisar, classificar, catalogar e arquivar legislação, jurisprudência, pareceres e normas relativas à área de pessoal, bem como propor diretrizes e rotinas atinentes às necessidades de recursos humanos do Núcleo;

VIII - instruir os processos judiciais acerca da legislação de pessoal, visando fornecer à Divisão de Acompanhamento de Decisões Judiciais os subsídios necessários à elaboração das informações jurídico-legais necessárias à defesa da União;

IX - auxiliar o Chefe de Distrito na verificação da legalidade dos atos e da motivação das decisões atinentes a sua competência;

X - orientar, controlar e executar as atividades relacionadas com registros funcionais, lotação, movimentação, incorporações de vantagens, preparação e controle de pagamento;

XI - cadastrar e manter atualizados os registros e assentamentos funcionais dos servidores ativos, inativos e pensionistas;

XII - controlar e registrar a frequência dos ativos, comunicando à autoridade competente as faltas que impliquem em infração disciplinar;

XIII - prestar informações e fornecer certidões, declarações, cópias de documentos nas condições autorizadas por lei;

XIV - adotar providências para a expedição e controle de identidades funcionais;

XV - controlar, registrar e programar as férias dos servidores, lavrar apostilas, termos de posse, organizar e manter atualizados os registros de lotação de servidores requisitados e cedidos;

XVI - controlar e adotar medidas para a efetivação de remoção a pedido no âmbito de sua competência;

XVII - instruir processos referentes a exercícios anteriores, processos de cessão, redistribuição, remoção ex-officio, disponibilidade e reversão de servidores, e demais processos relacionados a direitos e vantagens dos servidores;

XVIII - analisar processos de aposentadoria e pensões, elaborar títulos concessórios e declaratórios de inatividade e apostilas declaratórias referentes às alterações de proventos;

XIX - promover as alterações e controlar a folha de pagamento do pessoal ativo, inativo e pensionista;

XX - fornecer dados referentes ao pagamento e emitir fichas financeiras dos servidores do Distrito Regional, quando solicitado, nas condições autorizadas por lei;

XXI - acompanhar junto ao órgão competente as alterações no sistema de pagamento;

XXII - calcular e informar a margem consignável para fins de empréstimos em consignação;

XXIII - elaborar os cálculos para pagamentos referentes à ajudas-de-custo, auxílio-creche, auxílio-alimentação, auxílio-transporte, exercícios anteriores e demais direitos e vantagens dos servidores do Distrito Regional;

XXIV - adotar providências para a avaliação e a concessão da progressão funcional aos servidores, nos termos da legislação pertinente;

XXV - planejar, coordenar, orientar e executar as seguintes atividades de saúde:

a) concessão de plano de saúde;

b) prevenção e atendimento a acidentes de trabalho;

c) Projeto Servidor Saudável Escolha Racional e Viável - PROSSERV;

d) apoio de saúde institucional;

- e) higiene e saúde no trabalho;
- f) perícias;
- g) doenças do trabalho;
- h) assistência à saúde dos servidores em todos os níveis;
- i) medicina do trabalho;
- j) verificação sistemática das condições físicas e mentais dos servidores;
- l) juntas médicas regionais.

XXVI - prestar assistência social, médica, odontológica, psicológica, hospitalar, farmacêutica, de educação e de proteção à saúde dos servidores e de seus dependentes, dedicando atenção especial aos portadores de dependência química;

XXVII – auxiliar as atividades de saúde quando do recrutamento, seleção e atividades de capacitação de recursos humanos;

XXVIII - realizar a inspeção de saúde para prática de atividades físicas;

XXIX - realizar o acompanhamento técnico dos cursos e treinamentos correlacionados às atividades acima elencadas;

XXX - propor a aquisição de materiais permanentes e de consumo correlacionados às atividades acima elencadas;

XXXI – representar a Unidade Regional local junto aos Conselhos Regionais de Medicina, Enfermagem, Farmácia, Psicologia, Assistência Social, Odontologia, Educação Física; Secretarias de Saúde Estaduais e Municipais; Corpo de Bombeiros; Defesa Civil e outros órgãos e instituições nacionais, com atividades congêneres, na busca de convênios e parcerias para uma melhor consecução das atividades acima elencadas;

XXXII – subsidiar o Chefe do Distrito na prática de atos de sua competência, visando ao atendimento dos requisitos de legalidade e motivação;

XXXIII – adotar as medidas cabíveis para o estabelecimento das parcerias necessárias para implementação e aprimoramento das ações de capacitação; e

XXXIV – subsidiar o Chefe do Distrito na prática de atos de sua competência, visando ao atendimento dos requisitos de legalidade e motivação.

Art. 100. Ao Núcleo de Corregedoria e Assuntos Internos compete:

I – planejar, supervisionar, orientar e coordenar as atividades relacionadas com a conduta funcional e a eficiência das atividades dos servidores do Distrito Regional, obedecidas as diretrizes correccionais do Departamento, bem como cumprir e fazer cumprir o regime disciplinar vigente;

II - acompanhar e avaliar os trabalhos das comissões de sindicância e processos administrativos disciplinares, bem como orientar as unidades da Regional na interpretação e no cumprimento da legislação pertinente;

III - elaborar e promover a execução de planos e programas de inspeção sistemática;

IV - receber e avaliar denúncias ou representações sobre irregularidades praticadas

- por servidores, analisar e instruir procedimentos administrativos disciplinares;
- V – executar recolhimento de documentos, livros, arquivos em meio magnético ou de qualquer material pertencente ao acervo patrimonial do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, quando houver fundada suspeita da prática de ilícitos administrativos disciplinares;
- VI - promover a execução de investigações e diligências necessárias à instrução ou instauração de procedimentos disciplinares;
- VII - elaborar e manter atualizado o mapa cartorial do Distrito Regional;
- VIII - organizar e manter atualizado cadastro de informações correcionais de servidores do Distrito Regional;
- IX - manter atualizado o arquivo específico de legislação, normas, instruções, decisões e pareceres de assuntos de interesse de sua área;
- X - fiscalizar o desenvolvimento das atividades dos servidores, nos respectivos locais de trabalho, para prevenir e reprimir a prática de irregularidades no exercício do cargo;
- XI - orientar, controlar, fiscalizar, prestar apoio logístico e avaliar os trabalhos das comissões disciplinares;
- XII - elaborar estatísticas de interesse da área correcional e relatório de gestão;
- XIII - prestar informações e encaminhar documentos referentes a questões correcionais, às áreas competentes;
- XIV - promover o controle prescricional nos procedimentos disciplinares sob responsabilidade do Distrito Regional;
- XV - elaborar e solicitar o orçamento necessário ao desenvolvimento das atividades correcionais;
- XVI - elaborar minutas de portarias e informações pertinentes à Corregedoria; e
- XVII – elaborar e operacionalizar o Programa Anual de Inspeção Sistemática.

Convém esclarecer que essa estrutura de Distrito há muito não atende as necessidades desta Unidade, pois na prática o gestor responde por áreas que não existem no organograma, tais como: Núcleo de Multas e Penalidades, Núcleo de Acidentes, Núcleo de Comunicação Social, Núcleo de Infraestrutura, Núcleo de Documentação, Núcleo de Orçamento e Finanças, Núcleo de Patrimônio e Material, Núcleo de Capacitação, Núcleo de Inteligência, entre outros.

Existe um projeto de reestruturação do Departamento, em tramitação no Ministério do Planejamento, onde há previsão de que os atuais Distritos serão transformados em Superintendências tipo “C”, com estrutura que comportará vários núcleos, o que possibilitará uma melhor distribuição das atribuições desenvolvidas, conseqüentemente melhores resultados.

As atribuições de cada área, conforme excerto do Regimento Interno apresentado, deixa bastante claro a que macroprocesso ela se vincula, seja ele finalístico ou de apoio. Nos itens seguintes destinados aos Macroprocessos será efetuada a vinculação destes com os Objetivos de Governo estabelecidos no Programa Temático 2070.

1.4- Macroprocessos Finalísticos

O quadro abaixo apresenta os dez principais macroprocessos finalísticos da Instituição. Todos eles estão vinculados aos Objetivos de Governo (OG) contidos no Programa Temático Segurança Pública com Cidadania (2070).

Naturalmente, dada a transversalidade dos Programas Temáticos, esses macroprocessos, por vezes, dialogam com outros programas governamentais. Entretanto, para efeito didático só registraremos os OGs do Programa Temático 2070. No final de cada Macroprocesso, restará registrado, de forma sucinta, como foi sua condução por esta UJ.

DEZ PRINCIPAIS MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS	
Macroprocesso 1	ATENDIMENTO AO CIDADÃO
Cliente	Usuários da rodovia, vítimas envolvidas em acidentes, condutores alvo de fiscalização.
Necessidades Do cliente	Levantamento circunstanciado do acidente, segurança no local de sinistro, resgate de vítimas e apoio ao atendimento pré-hospitalar de urgência, informações para familiares/próximos, auxílio ao usuário da rodovia em situações diversa, análise de defesa da autuação ou recurso de multa, fornecimento de cópia de BAT (Boletim de Acidente de Trânsito), acesso a central de emergência, informações sobre condições da estrada, saúde nas estradas.
Produtos/ Serviços	Sinalização, orientação e segurança do trânsito no local do acidente, serviços de primeiros socorros e remoção, informação sobre ocorrência às pessoas indicadas pelo condutor/vítima, Guarda e remoção de bens (veículo, carga, entre outros), Expedição de BAT, informações estatísticas sobre trafegabilidade e acidentes em rodovias federais, análise de defesas e recursos, comandos de saúde nas rodovias.
Resultados	Garantia de cuidados físicos e patrimoniais, redução de risco de morte, apoio psicossocial em situação crítica, consistência/regularidade/continuidade e assertividade de informações estatísticas para atuação institucional, garantia a ampla defesa e o contraditório.
OG	0833
As defesas das autuações foram e são apresentadas em qualquer Unidade da PRF. Em Sede de defesa da autuação a análise foi efetuada pelas Comissões de Defesa da Autuação (CADA). Em caso de Recurso por penalidade já imposta, a análise foi efetuada pela Junta Administrativa de Recursos de Infração (JARI). Os demais serviços foram prestados diuturnamente pelas equipes escaladas nos Postos de Fiscalização e em patrulhamento da rodovia. Os BATs foram registrados em Sistema Informatizado (BR Brasil), ficando o interessado de posse do número da ocorrência, com a qual, somada ao número de seu CPF, o habilita a retirar a partir de 72 horas cópia do BAT em qualquer lugar que tenha acesso a INTERNET. Essas cópias também puderam ser retiradas em qualquer Unidade da PRF. Outro ponto de destaque foram os Comandos de Saúde realizados nas rodovias.	
Macroprocesso 2	CONDIÇÕES DAS RODOVIAS E REGULARIDADE DA FAIXA DE DOMÍNIO.
Cliente	Usuário da rodovia, DNIT e ANTT.
Necessidades Do cliente	Conhecimentos adequados e suficientes para decisões sobre ações corretivas e de resgate das condições físicas e de trafegabilidade das rodovias federais; faixas de domínio das rodovias federais livres de uso inadequado e não autorizado.
Produtos/ Serviços	Informações sobre condições físicas e de trafegabilidade das rodovias federais, serviços de fiscalização, notificação e de apoio à regularização do uso das faixas de domínio.
Resultados	Rodovia livre de poluição visual e construções que coloquem em risco a segurança e fluidez do trânsito.
OG	0833
Além das informações diárias sobre qualquer alteração nas condições de trafegabilidade das rodovias, fato imediatamente comunicado ao órgão rodoviário da União, anualmente é realizado levantamento minucioso das condições dessas vias, cujo relatório é oferecido ao DNIT, de modo a permitir a atualização do sítio daquele órgão na INTERNET. Esse levantamento organizado se faz com o emprego do Núcleo de Inteligência. As invasões da faixa de domínio foram imediatamente notificadas, comunicando à Advocacia Geral da União para a adoção de medidas judiciais cabíveis para embargo da obra.	
Macroprocesso 3	CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS DE ESCOLTA
Cliente	Empresas de escolta de cargas excedentes. Usuário da rodovia.
Necessidades Do cliente	Regularidade e legalidade das atividades de escolta e similares.

DEZ PRINCIPAIS MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS	
Produtos/ Serviços	Autorização para serviços de escolta e similares.
Resultados	Segurança no transporte de cargas excedentes, superdimensionadas ou especiais.
OG	0833
Foi designada uma Comissão Regional de Credenciamento de Escolta, a qual restou incumbida os serviços de recebimento de requerimentos, instrução processual, encaminhamento para a Coordenação-Geral de Operações para emissão da Credencial de Escolta, vistorias, habilitação dos motoristas de escolta e a fiscalização desses serviços.	
Macroprocesso 4	EDUCAÇÃO E INFORMAÇÃO PARA A SEGURANÇA DO TRÂNSITO.
Cliente	Usuários, população lindeira às rodovias federais; Instituições de ensino, organizações sociais e agentes multiplicadores e sociedade de modo geral.
Necessidades Do cliente	Conhecimentos sobre legislação, segurança de trânsito e correlatos, entender os riscos que envolvem a prática a direção veicular e perceber a diferença que o comportamento de cada indivíduo faz na segurança da coletividade.
Produtos/ Serviços	Informações sobre legislação de trânsito e correlatas, campanhas e palestras educativas sobre o tema, matérias publicadas da mídia com o foco em serviço.
Resultados	Desenvolver no cidadão comportamento adequado para a utilização segura do trânsito.
OG	0833
Foi designada uma Comissão Regional de Educação para o Trânsito, a qual recebe e processa todos os pedidos de palestras, campanhas, comandos educativos. Quanto a informação de caráter geral, foi amplamente utilizado o apoio da mídia (jornais, rádio e TV). Todas as Operações vinculadas à segurança do trânsito foram divulgadas e nesse momento era discorrido sobre o comportamento esperado de cada condutor.	
Macroprocesso 5	INFORMAÇÃO, INTELIGÊNCIA E ANÁLISE DE RISCOS.
Cliente	Usuários, ABIN, Polícias (Judiciárias e Militares), Ministério Público, Forças Armadas, Secretarias de Segurança Pública, Receitas (Federal e Estadual), Órgãos públicos de controle, Órgãos de imprensa.
Necessidades Do cliente	Conhecimento atualizado para ações estratégicas de segurança pública envolvendo rodovias federais, insumos operacionais e informacionais para abertura de inquérito policial e informações sobre ocorrências com potencial de risco de práticas criminosas, conhecimento de deslocamentos de veículos, pessoas, grupos sociais, entre outros, com riscos potenciais aos usuários das rodovias federais e populações de entorno, conhecimento sobre fatos e ocorrências de interesse público e social em rodovias federais.
Produtos/ Serviços	Informações de inteligência, informações circunstanciada, serviços de apreensão de suspeitos e de produtos, informações operacionais sobre ocorrências com potencial de risco e sobre movimentações e práticas irregulares ou criminosas em rodovias federais, informações de interesse público sobre acidentes, apreensões, prisões, campanhas e outras ocorrências em rodovias federais.
Resultados	Agilidade e assertividade de informações para decisões de segurança pública com o devido tratamento de sigilo e segurança da informação, legalidade das informações e conhecimentos gerados, preservação de bens, consistência em inquéritos e investigações, preservação da ordem pública, consistência, credibilidade e assertividade de informações para divulgação.
OG	0825, 0830, 0832, 0833
Cada Equipe de serviço no trecho figurou como fonte de informação sobre acontecimentos, prisões, suspeições, monitoramento de veículos, identificação de pessoas, entre outros. Por outro lado, o Núcleo de Inteligência recebeu e tratou essas informações, agregando-as aos acompanhamentos de assuntos de interesse da Instituição e do Sistema de Segurança por si realizados, difundindo esses conhecimentos, bem como recebeu conhecimentos de outros órgãos integrantes do SISBIN. As informações sem necessidade de sigilo, a exemplo de possível interdição de rodovia, são divulgadas a fim de diminuir a surpresa aos usuários da via.	
Macroprocesso 6	FISCALIZAÇÃO, FLUIDEZ E SEGURANÇA DO TRÂNSITO.
Cliente	Usuários das rodovias federais, população lindeira, sociedade em geral.
Necessidades Do cliente	Trafegar pelas rodovias federais com segurança e fluidez no trânsito.
Produtos/ Serviços	Serviços de fiscalização, orientação e sinalização de trânsito nas rodovias federais.
Resultados	Segurança e fluidez do trânsito (redução da violência no trânsito).
OG	0833
A fiscalização do trânsito foi fator primordial para a prevenção de ocorrência de acidentes. Para tanto foi estabelecido metas de fiscalização, cartão programa com o planejamento do patrulhamento diário, comando de fiscalização, operações em datas especiais (feriados e finais de semana prolongados).	
Macroprocesso 7	ESCOLTA E BATEDOR.
Cliente	Usuários, Presidência da República, Ministério da Defesa, Ministério da Justiça, Forças

DEZ PRINCIPAIS MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS	
	Armadas, Ministério das Relações Exteriores, Poder Judiciário.
Necessidades Do cliente	Apoio em operações de segurança do Presidente da República e outras autoridades, Apoio para deslocamentos de comboios e cargas militares, segurança de dignitários.
Produtos/ Serviços	Serviços de Segurança, meios e efetivos para apoio operacional especializado, Serviço de escolta e batedor;
Resultados	Segurança de dignitários nos deslocamentos rodoviários, segurança e proteção em deslocamentos de cargas, comboios e contingentes militares, bem como de cargas especiais que exijam a presença da PRF.
OG	0833
A PRF integrou todos os trabalhos de segurança de dignitários em visita à sua circunscrição, em especial Ministros de Estado e membros do Poder Judiciário. Esse trabalho foi realizado em parceria com as demais Instituições Policiais e de Inteligência.	
Macroprocesso 8	OPERAÇÕES DE COMBATE AO CRIME
Cliente	Condutores de veículos, pedestres, passageiros, transportadores de passageiros e cargas, população da circunvizinhança das rodovias federais, vítimas de acidentes e crimes, proprietários de veículos acidentados, Poder Judiciário, Ministério Público, Polícias Judiciárias, Polícias Militares, Receitas (Federal e Estadual), ANTT, DNIT, Vigilância Sanitária, sociedade em geral.
Necessidades Do cliente	Prevenção de crimes e segurança patrimonial e pessoal em rodovias federais, apoio operacional circunstancial para abordagens, fiscalizações, cumprimento de mandados, diligências e outras situações similares, segurança para a realização de grandes eventos.
Produtos/ Serviços	Apoio e proteção pessoal e patrimonial, fiscalização/policiamento ostensivo das rodovias federais, serviços de segurança para diligências e abordagens operacionais de controle, fiscalização, enfrentamento ao furto e roubo de veículos, roubo de cargas, assalto a ônibus, tráfico de drogas e armas, contrabando e descaminho, crimes fiscais, ambientais e sanitários, bem como contra a dignidade humana (trabalho em situação análoga à escravidão, tráfico de seres humanos, exploração sexual de crianças e adolescentes).
Resultados	Segurança pessoal e patrimonial quando em trânsito em rodovias federais e fortalecimento do enfrentamento ao tráfico de drogas, armas e crimes contra a dignidade da pessoa humana.
OG	0825; 0832; 0833
Foram realizadas diversas Operações com o foco no enfrentamento ao tráfico de drogas e armas na região de fronteira (Operação Sentinela). Esse enfrentamento também permeia a atividade das equipes com atividade diárias nas escalas de serviço, pois o produto do ilícito se movimenta e o criminoso se locomove. Portanto, não raro, na atividade rotineira de fiscalização foram retirados criminosos de circulação, bem como efetuada apreensão de drogas, veículos furtados/roubados, entre outros.	
Macroprocesso 9	FISCALIZAÇÃO DO TRANSPORTE DE PASSAGEIROS E CARGAS.
Cliente	Condutores e passageiros de veículos em viagem, transportadores de passageiros e cargas, usuários da rodovia.
Necessidades Do cliente	Conhecimento básico sobre normas de transporte, condições das rodovias, rotas de viagem, distâncias e localização de cidades e pontos turísticos, linhas, horários e itinerários de ônibus.
Produtos/ Serviços	Informações sobre legislação, trafegabilidade, distâncias e rotas de viagem, localização de cidades e pontos turísticos, horários e itinerários de linhas de ônibus, fiscalização das dimensões e peso dos veículos de carga, fiscalização do transporte de produtos perigosos, fiscalização do transporte coletivo de passageiros.
Resultados	Viagem segura para os passageiros do transporte coletivo, adequação do transporte de produtos perigosos, redução de danos a vias por excesso de peso.
OG	0825; 0833.
A fiscalização do transporte integrou a ações diárias de trabalho, mas teve atenção especial com a realização de operações específicas de fiscalização do transporte de produtos perigosos, em face do risco que sinistro envolvendo os veículos que transportam tais substâncias traz ao meio ambiente.	
Macroprocesso 10	COMANDO E CONTROLE.
Cliente	Usuários da rodovia, população lindeira, sociedade em geral
Necessidades Do cliente	Atendimento otimizado de ocorrências (menor tempo de resposta), contato de emergência, presença e disponibilidade do policiamento ostensivo.
Produtos/ Serviços	Acompanhamento e controle centralizado do atendimento das ocorrências, atendimento a chamadas de emergência, acionamento otimizados das equipes em campo, acompanhamento dos Indicadores e Metas.
Resultados	Otimização dos atendimentos aos chamados de emergência, diminuição do tempo de resposta, fortalecimento da prevenção por meio da presença e intervenção do policiamento nos pontos

DEZ PRINCIPAIS MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS	
	previamente definidos.
OG	0825; 0833.
As ações de comando e controle ficaram prejudicadas nesse exercício, pois por falta de pessoal para cumprir escala própria da central de informações operacionais, além da reforma estrutural da sede administrativa e posto de Macapá, inviabilizando também o espaço físico para seu funcionamento. A Unidade manteve o serviço funcionando dentro das próprias equipes de serviço, o que acarreta o acúmulo de atribuições, ficando a gestão da informação prejudicada. Esta é uma oportunidade de melhoria para o exercício 2014.	

Esses dez macroprocessos obedecem aos quatro eixos de atuação da PRF: atendimento ao usuário da via; fiscalização de trânsito; educação para o trânsito e enfrentamento à criminalidade. Restou evidenciado que o principal mecanismo para a execução dessas tarefas é o policiamento ostensivo.

O policiamento ostensivo está equilibrado em quatro vertentes, são elas: a visibilidade, a disponibilidade, a pronta-intervenção e o monitoramento e controle viário. Todos os macroprocessos finalísticos, bem como os macroprocessos de apoio que veremos a seguir trabalham para que essa tarefa seja desempenhada a contento.

1.5- Macroprocessos de Apoio

O quadro abaixo apresenta os quatro principais macroprocessos de apoio da Instituição. No final de cada Macroprocesso, restará registrado, de forma sucinta, como foi sua condução por esta UJ.

QUATRO PRINCIPAIS MACROPROCESSOS DE APOIO	
Macroprocesso 1	DESENVOLVIMENTO DE PESSOAL.
Cliente	Servidores policiais e do quadro de apoio
Necessidades Do cliente	Capacitação continuada, acompanhamento de saúde, concessão de benefícios, progressão funcional.
Produtos/ Serviços	Serviços de capacitação, saúde, perícias médicas, recepção de demanda por concessão de benefícios, análise de direitos, administração de pessoal, geração de folha de pagamento.
Resultados	Servidor em condições globais de prestar o melhor serviço à sociedade
OG	0825, 0830, 0833.
Os trabalhos de análise das demandas por concessão de benefícios e administração de pessoal, bem com a geração e controle da folha de pagamento caminhou na rotina que lhe é peculiar. O Projeto Patrulha da Saúde restou prejudicado no exercício devido a falta de espaço para realização das atividades, pois a reforma da sede inviabilizou a utilização do espaço físico antes disponível para eventos. A capacitação restou prejudicada pelo baixo recurso disponibilizado e também pela falta de pessoal para tratar especificamente esse tema na regional.	
Macroprocesso 2	APOIO LOGÍSTICO.
Cliente	Principalmente a Atividade Finalística.
Necessidades Do cliente	Manutenção de viaturas, equipamentos (radares, bafômetros, rádios, armamento, etc.), abastecimento da frota, aferição de equipamentos, manutenção (limpeza e conservação das estruturas físicas).
Produtos/ Serviços	Viaturas mantidas e abastecidas, equipamentos mantidos, calibrados e aferidos.
Resultados	Frota e equipamentos em condições de serem empregados no patrulhamento e fiscalização.
OG	0825, 0830, 0833.
Foi celebrado contrato de manutenção para toda a frota da Regional. O abastecimento foi feito por meio do contrato com a TICKET CAR, ficando um servidor da Regional responsável pelo controle desse abastecimento. Também foi designado um servidor para fazer o acompanhamento dos serviços de manutenção e conservação da frota a fim de que os veículos estivessem aptos para pronto emprego nas operações de fiscalização. Os equipamentos que necessitam de manutenção, calibração e aferição, em especial radares e etilômetros, foram alvos de contratos específicos de acordo com a demanda apresentada. Esteve vigente durante todo o ano contrato de limpeza e conservação das instalações físicas.	
Macroprocesso 3	INFRAESTRUTURA FÍSICA E SERVIÇOS DE TIC.
Cliente	Servidores do órgão e usuários que buscam os serviços da PRF.

QUATRO PRINCIPAIS MACROPROCESSOS DE APOIO	
Necessidades Do cliente	Instalações físicas adequadas para a realização das atividades diárias e para o atendimento ao público, serviço de transmissão de dados e voz disponível e com qualidade, cobertura de sinal de rádio, funcionamento e acesso aos sistemas informatizados corporativos.
Produtos/ Serviços	Consultas a sistemas, transmissão e recepção de informação, contatos de voz, recebimento de chamadas de emergência por telefonia gratuita para o usuário.
Resultados	Ambiente adequado para o cumprimento da missão, dotado de capacidade de prover comunicação por dados e voz com o público interno e externo.
OG	0825, 0830, 0833.
Ainda no final do ano de 2012, foram contratadas empresas para realização de obra de reforma e ampliação do posto de fiscalização da PRF em Macapá e da sede administrativa, a fim de melhorar a infraestrutura existente. Tais reformas ainda estão sendo executadas, havendo previsão de entrega das duas obras em meados de 2014. Realizou-se levantamento das condições físicas do Posto do Oipoque com vistas à elaboração de projeto básico para reforma do mesmo. Após tal levantamento, foi licitado o projeto o qual após ser recebido, já no decorrer de 2014, será lançado em licitação para contratação da reforma necessária para aquele posto. Foi mantido contrato de telefonia móvel e transmissão de dados, porém o contrato não atende às expectativas da Unidade, restando a rescisão do mesmo para contratação de outra operadora no decorrer de 2014.	
.Macroprocesso 4	CORREIÇÃO, ÉTICA E DISCIPLINA.
Cliente	Esse macroprocesso está no limiar ente o finalístico e o meio, pois o maior beneficiado por ele é o cidadão-usuário. Entretanto, neste caso, o classificamos como meio e delimitamos a clientela como servidores do órgão, pois a todos interessam trabalharem em um Instituição sadia, livre de vícios que desabone sua imagem.
Necessidades Do cliente	Cumprir e fazer cumprir as normas e regulamentos, trabalhar em um ambiente onde a sã conduta seja buscada e apoiada, orgulhar de pertencer a uma Instituição sólida e respeitada pela sociedade, onde grassa o respeito mútuo e a disciplina consciente.
Produtos/ Serviços	Fomentar ambiente de trabalho que privilegie a boa conduta, a disciplina, respeito mútuo e zelo pela coisa pública.
Resultados	Orgulho de pertencer a uma Instituição admirada e respeitada pelo cidadão.
OG	0825, 0830, 0833.
Este é um dos macroprocessos que menos causam transtornos na regional, pois é uma regional pequena, onde não há registro de condutas de corrupção. Os motivos que mais ensejam abertura de processo são o descontentamento do usuário com o recebimento de multas e o tratamento descortês. Contudo, todos os procedimentos são pautados na garantia dos direitos de contraditório e ampla defesa, a fim que tanto o usuário quanto o servidor denunciado tenham seus direitos garantidos. Além disso, foi dada extrema importância para o trabalho preventivo com realização de reuniões, debates, orientações prévias, e acompanhamento gerencial do serviço.	

1.6- Principais Parceiros

O trabalho da PRF, regra geral, sempre conta com a parceria de outros órgãos. Senão vejamos. No campo do combate a criminalidade, o ciclo de polícia no Brasil é incompleto. Temos a Polícia Ostensiva e a Polícia Judiciária. Assim, nenhum criminoso chega ao tribunal, mesmo encontrado em situação de flagrância pela PRF, sem passar pela Polícia Judiciária. Esse trabalho se completa com a participação do Ministério Público e, por último, com o julgamento do Poder Judiciário.

No dia-a-dia da estrada, a PRF tem dois parceiros institucionais que com ela divide a mesma circunscrição: o DNIT e a ANTT. Com esses dois órgãos existem termos de cooperação celebrado em sede de suas Direções-Gerais. Do mesmo modo existe Convênio celebrado entre o DPRF e o a Procuradoria-Geral do Ministério Público do Trabalho com o objeto de melhorar o enfrentamento à exploração de trabalhadores.

Há uma outra Cooperação Técnica em nível nacional que é o Convênio com o SEST/SENAST, cujo objeto é a realização dos Comandos de Saúde nas rodovias, tendo com principal alvo os motoristas profissionais, como fruto dessa parceria, foram realizados dois Comandos durante o exercício 2013.

Nas Regionais, mesmo sem a celebração formal de acordo de cooperação, a PRF trabalha conjuntamente com a Polícia Militar, através do Batalhão de Trânsito, Departamento Estadual de Trânsito, através da Coordenação da Operação Lei Seca, Polícia Civil, através da Delegacia Especializada em Acidentes, Guarda Municipal e Companhia de Trânsito do Município de Macapá.

Tais instituições figuram como parceiras em operações realizadas nas rodovias, principalmente demandadas para ocorrer em véspera de feriadão e finais de semana, quando comumente aumenta o fluxo de veículos e condutores trafegando sob influência de álcool, bem como de grande importância para a realização da Operação Rodovida, Operação Integrada voltada para a diminuição da violência no trânsito, focada na intensificação da fiscalização de embriaguez ao volante e condução de motocicletas.

A realização da Operação Rodovida aumenta a disponibilidade dos Órgãos de Segurança Pública nas vias, principalmente em horários da madrugada nos finais de semana, período de ocorrência de muitos acidentes graves decorrentes principalmente da ingestão de bebida alcoólica.

2- Apresentação

Instrumento de planejamento, acompanhamento e avaliação da gestão institucional, o presente Relatório de Gestão foi elaborado em consonância com a Instrução Normativa nº 63, de 1º de setembro de 2010, com a Decisão Normativa TCU nº 127/2013 e da Portaria TCU nº 175/2013 e das orientações do órgão de controle interno (Portaria CGU-PR nº 133/2013).

Este relatório visa correlacionar as metas, os resultados consolidados e a destinação dos recursos contemplados nos programas de governo destinados ao Departamento de Polícia Rodoviária Federal, em especial ao 4º Distrito Regional. Desse modo, torna-se o instrumento de acompanhamento orçamentário e financeiro, bem como de avaliação do funcionamento dos serviços a partir de critérios definidos de eficiência, eficácia e efetividade das ações desenvolvidas no âmbito da PRF no Estado do Amapá.

Em seu conteúdo, o Relatório de Gestão, conforme já referido, exibirá as realizações, os resultados operacionais e os índices de satisfação obtidos em função das metas programadas, bem assim o impacto alcançado em função das ações desempenhadas, considerando a estrutura atual atrelada aos recursos descentralizados pela Unidade Central e conseqüentemente aplicados, cujos resultados obtidos subsidiam a tomada de decisões no que concerne à gestão do próximo exercício.

O presente relatório está organizado e sistematizado de modo a que se possibilite a visualização das ações desenvolvidas pelo 4º Distrito de Polícia Rodoviária Federal no decorrer do exercício de 2013 e a aplicação dos recursos financeiros, fornecendo subsídios para o planejamento de ações de segurança pública a serem implementadas nos próximos anos, seja aperfeiçoando as ações já existentes, seja inovando nas ações.

Para a sua elaboração foram utilizados como instrumentos norteadores o planejamento operacional previsto para o ano 2013, o orçamento recebido na Unidade Orçamentária Central durante o exercício e os relatórios de atividade das diversas áreas da Administração (Multas, BR Brasil, Corregedoria, Siafi), o que possibilita uma perspectiva macro de acompanhamento, de sorte que a abordagem está centrada na gestão de programas e suas respectivas ações.

Itens não Aplicáveis ou que não Ocorreram:

Parte “A” do Anexo II da DN TCU N.º 127, de 15/05/2013: 3.1 Estrutura de Governança; 3.6 Indicadores utilizados para monitorar e avaliar o desempenho da entidade no que se refere à governança e controles internos; 4.3 Informação sobre transferência mediante convênio, contrato de repasse e/ou outros instrumentos congêneres; 4.5 Informações sobre a utilização de suprimento de fundos; 4.6 Informações sobre renúncia de receitas; 7.1 Gestão da tecnologia da informação; 9.1 Tratamento de deliberações exaradas em acórdãos do TCU; 9.2 Tratamento de recomendações feitas pelo órgão de controle interno a que a UJ se vincula; 9.3 Tratamento de recomendações feitas pela Unidade de auditoria interna; e 9.5 Demonstração de adoção de medidas administrativas para apurar responsabilidade por ocorrência de dano ao Erário.

Parte “B” do Anexo II da DN TCU N.º 119, de 18/01/2012: Todos os Itens.

Com o presente documento, o 4º Distrito Regional de Polícia Rodoviária Federal encerra o exercício, enaltecendo sua missão institucional de zelar pela segurança pública nas rodovias e estradas federais como processo permanente de gestão, pela prática da responsabilidade social, desenvolvendo e promovendo ações comprometidas com a segurança, a cidadania e a integridade física e patrimonial dos usuários das rodovias federais.

3. Planejamento e Resultados Alcançados

3.1-Sintetização do plano estratégico e operacional, vinculação com o plano plurianual e estratégias adotadas.

Neste tópico e em seus subtópicos será abordado o planejamento estratégico da Instituição, estratégias adotadas pela regional a fim de atingir os objetivos institucionais e de governo.

O Planejamento estratégico da PRF compreende o período 2012-2020 e foi elaborado no mais alto nível de comando, ou seja, na Direção-Geral. Dele descortinam-se os planejamentos em nível tático pelas diversas áreas da administração central. Vejamos o mapa:



O Mapa Estratégico da PRF dialoga perfeitamente com os programas de governo. Todas as ações da PRF estão voltadas para o cumprimento do plano estratégico de governo definidos no Plano Plurianual - PPA, desta feita, o PPA 2012-2015. Portanto, o Planejamento Estratégico da PRF, que tem uma cobertura temporal maior que o PPA, a este se submete quando do estabelecimento de Indicadores e Metas a serem cumpridas pela Instituição.

A PRF contribui, principalmente, para o cumprimento do Programa Temático de Governo 2070 – Segurança Pública com Cidadania, Programa este vinculado ao Ministério da Justiça. O quadro abaixo demonstra os Objetivos de Governo aos quais as ações da PRF se vinculam expressamente. Como o Programa é Temático e transversal a muitos outros órgãos, nem todas as metas são afetadas exclusivamente à PRF.

OBJETIVOS DE GOVERNO	METAS PRF PPA 2012-2015 – PROGRAMA 2070
0825 - Aprimorar o combate à criminalidade, com ênfase em medidas de prevenção, assistência, repressão e fortalecimento das ações integradas para superação do tráfico de pessoas, drogas, armas, lavagem de dinheiro e corrupção, enfrentamento de ilícitos característicos da região de fronteira e na intensificação da fiscalização do fluxo migratório.	Ampliar de 10,4 milhões para 24 milhões os procedimentos de fiscalização de pessoas; Aquisição de 15 veículos scanner para operações de fronteira; Implantar 350 unidades de PNRs nas fronteiras; Implantar 21 UNEFRONS da PRF.; Implantar 66 pontos de monitoramento OCR – Sistema Alerta Brasil; Implantar Sistema de tratamento de dados de Inteligência Policial do DPRF nas fronteiras; Realizar 08 Operações Especiais Integradas nas regiões de fronteiras.
0830 - Propiciar a atuação de excelência dos órgãos de segurança pública da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, assim como de outras instituições, com ênfase no aprimoramento de suas estruturas físicas, organizacionais e modelos de gestão, do desenvolvimento de sistemas de informação e bancos de dados, do fortalecimento da atividade de inteligência e reestruturação e modernização do sistema de produção da prova material.	Implantar 166 pontos de monitoramento – OCR – Sistema Alerta Brasil; Mapear as competências necessárias para o desempenho das atribuições da PRF, identificando perfis adequados, em especial às atividades de liderança e gestão, bem como aperfeiçoar os mecanismos de avaliação de desempenho e valorização dos servidores; Promover a reestruturação organizacional dos órgãos policiais da União; Realizar ações de capacitação dos servidores da PRF, de modo a ajustar as competências institucionais, qualificando 85% dos servidores com no mínimo 30 h/a de capacitação anual; Reformar as unidades operacionais de apoio ao policiamento – PRF.
0832 - Implantar o Plano Nacional de Segurança em Grandes Eventos., dotando as Instituições de Segurança Pública dos recursos necessários para a integração das ações e execução dos projetos.	Instalar doze Centros de Comando e Controle Locais nos Estádios – Cidades Sedes CM 2014; Dose CCCI regionais nos Estados sede da CM 2014; Quinze CCCI em outros Estados; Um CCC Nacional; Cinquenta e um CCC Móveis destinados às sedes da Copa e centros de treinamento das seleções; Capacitar 5 mil PRFs em ações específicas voltadas para grandes eventos.
0833 - Fortalecer a segurança viária e a educação para o trânsito, ampliando a capacidade de policiamento, monitoramento e fiscalização nas rodovias federais e integrando ações relacionadas à temática.	Alcançar com ações de Ed Trans 1 milhão de pessoas até 2015; Ampliar a parceira com o MS – SAMU Rodoviário; Ampliar de 21.500.000 para 24.000.000 o número de fiscalizações de veículos nas rodovias federais; Ampliar de 4.150.000 para 6.000.000 o número de procedimentos de fiscalização de alcoolemia; Implantar o Centro de Segurança Viária; Implantar CCCs em todas as SRs (monitorar, despachar, controlar as ações operacionais); Monitorar eletronicamente com câmeras de vigilância 200 pontos críticos de rodovias.

O Planejamento Estratégico da PRF está totalmente vinculado às suas competências institucionais, bem como ao Plano Plurianual – PPA 2012-2015. Todos os macroprocessos da Instituição apresentados nos quadros constantes dos itens 1.4 e 1.5 estão totalmente vinculados aos Objetivos de Governo do PPA.

A fim de dar desdobramento das metas globais do Departamento de Polícia Rodoviária Federal até suas Unidades Regionais foi baixada, em 02/01/2013, a Instrução de Serviço nº 001, pela Coordenação Geral de Operações. Nela restaram definidos os Indicadores e metas para esta UJ. O quadro seguinte demonstra essas metas e o seu percentual de alcance.

	Veículos fiscalizados	Pessoas Fiscalizadas	Teste com Etilômetro	Educação para o trânsito (público)
Metas	40200	40200	10848	2004
Resultados	41944	53310	14699	2853
Percentual	104,33%	132,61%	135,49%	142,36%

Fonte dos dados: SIGER/DPRF e Movimento Diário/4ºDRPRF.

Os Indicadores vinculados a ocorrência de acidentes de trânsito, seja a Taxa de Mortalidade Específica ou o Índice de vítimas de acidentes, figuram neste PPA no Programa Temático 2048 – Mobilidade urbana e trânsito, tendo como órgão responsável o Ministério das Cidades.

Contudo, como o tema está intimamente ligado ao resultado também buscado pela PRF, é importante a ilustração dos números ocorridos nesta regional.

Ano	Acidentes	Mortos	Feridos
2012	239	10	237
2013	275	27	300

Como se pode notar os resultados se avaliados isoladamente não foram muito bons, principalmente se comparados aos anos anteriores, contudo há que serem considerados outros fatores, tais como o aumento da frota, aumento da população, ocupação desordenada do trecho urbano da BR 210, ausência de infraestrutura viária, dentre outros.

Comparando os resultados nos anos 2013/2012, verifica-se aumento nos números absolutos de acidentes, feridos leves, feridos graves e mortos. Apesar da Instituição não ter total gerência sobre esses índices, vez que estes estão diretamente ligados ao comportamento do motorista, dentre outros fatores, a redução da morbimortalidade no trânsito é objetivo permanente, e, o aumento em tais números é um dado que precisa ser avaliado de forma conjunta pelas Instituições direta ou indiretamente responsáveis e pela sociedade como um todo, pois cada um precisa assumir seu papel na construção de um trânsito mais seguro.

Esses Indicadores, no entanto, não carregam em si metas de realizações. Funcionam como uma referência de um patamar a ser melhorado.

A principal ferramenta a disposição da PRF para tal fim é o poder de polícia para fiscalizar. E isso foi utilizado no período, apesar da presença de um elemento extremamente dificultador, o baixo quantitativo de servidores, ante a demanda apresentada, pois mesmo o Distrito tendo recebido um incremento na força policial no final de 2012 e início de 2013, o recurso humano disponível ainda está aquém do número necessário para realizar atividades de patrulhamento das BR's 210 e 156 em seus mil e duzentos quilômetros de extensão.

A partir do planejamento operacional do DPRF/MJ, consubstanciado na Instrução de Serviço nº 001, de 02/01/2013, foi expedida a Ordem de Serviço nº 01/2013-Planejamento Operacional do Distrito, onde foram desdobradas as metas para os postos de Macapá e Oiapoque, e também para as equipes de viagem, em operações específicas, definindo-se ações para o seu atingimento e os planos de ação decorrentes.

Para perseguir as metas definidas, a atividade rotineira obedeceu a criterioso levantamento de pontos críticos de acidentes, utilizando o SIGER/DPRF – Sistema de Informações Gerencias, os quais somados aos fatores críticos de acidentes orientaram o planejamento das ações diárias de policiamento.

Esse planejamento é difundido ao efetivo por meio de Cartão-Programa de Policiamento, onde a chefia de Policiamento faz constar os itinerários de patrulhamento, pontos de parada e abordagens e as metas ao longo do dia e do trecho.

Além desse planejamento da ação diária, têm-se também as Operações de calendário – feriados, festas nacionais e regionais. Essas Operações têm por objetivo reforçar o policiamento e diminuir os riscos de sinistro potencializado pelo aumento do fluxo de veículos e pessoas nas rodovias.

O enfrentamento à criminalidade também foi alvo de previsão de reforço por meio de operações especiais de combate ao crime, aliadas à realização da etapa regional da Operação Sentinela que ocorreu durante todo o ano e nos principais pontos de ligação à fronteira.

A fim de suplantar a carência de força de trabalho, o grande diferencial da ação fiscalizadora foi a eleição dos fatores críticos de acidentes graves mais comuns, ingestão de álcool, excesso de velocidade e ultrapassagem indevida. A fiscalização rigorosa dessas condutas foi a tônica da atividade finalística voltada para a segurança no trânsito no exercício.

Tanto no total de autos de infração válidos (julgados subsistentes) e as infrações citadas tiveram aumento em seus registros:

Período	Autos de infração válidos	Excesso de velocidade	Ultrapassagens indevidas	Alcoolemia
2012	4376	78	57	376
2013	6887	232	78	487
%	157,38%	297,43%	136,84%	129,52%

Fonte: SIGER/DPRF

A direção sob influência de álcool, um fator crítico de acidente, tem se destacado nas estatísticas da Regional como causa de sinistros com séria gravidade. Sua influência é observada no perímetro urbano da capital, ou seja, do km 0 ao 10 da BR 210. Contudo, foi oferecida dura fiscalização com a realização de mais de catorze mil testes com etilômetros, 487 autos de infração de embriaguez e 169 prisões de indivíduos conduzindo veículos sob a influência de álcool.

Ainda no campo mobilidade, outros serviços foram realizados com vista à sua fluidez e segurança. Vale lembrar também que cada acidente registrado é um atendimento efetuado, tanto quanto ao levantamento do local de acidente como elaboração e disponibilização do Boletim de Acidente de Trânsito aos interessados.

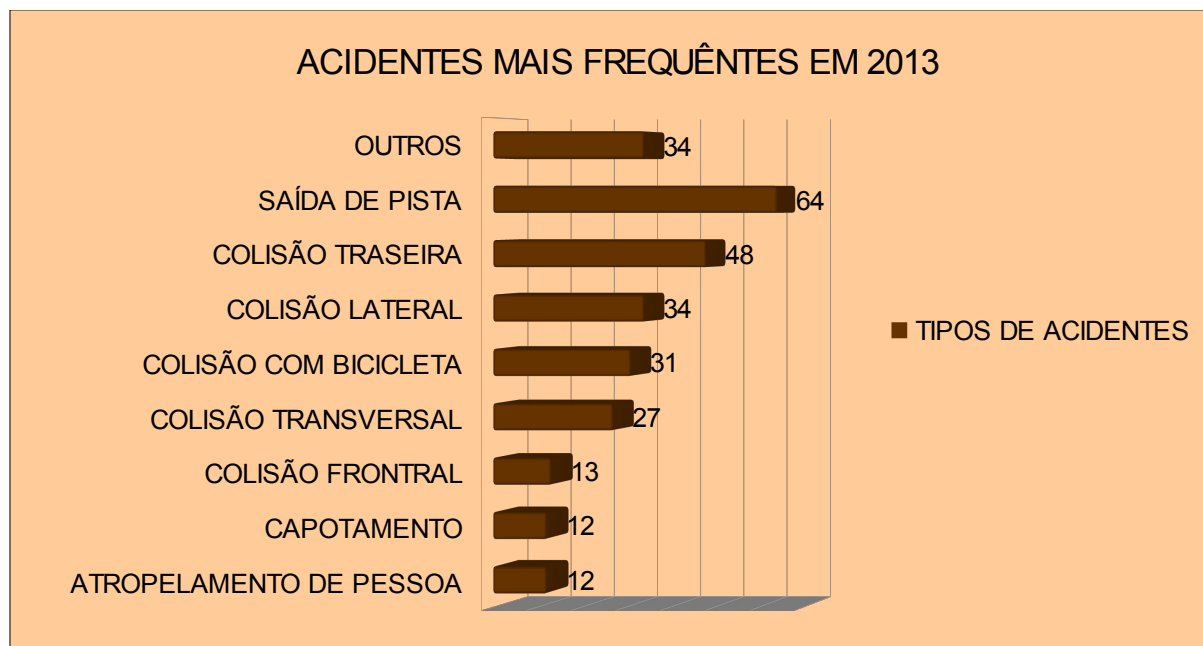
SERVIÇOS DE SEGURANÇA, ORDENAMENTO E EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO			
Veículos retidos/removidos	309	Animais recolhidos	22
Documentos recolhidos	927	Escolta/batedor	06
CNH recolhidas	547	Auxílios a usuários	114
Pessoas alcançadas diretamente com palestras de educação para o trânsito			2853

Fonte: ROD ON LINE 2013 e Relatório da Comissão Regional de Educação para o trânsito

Os números vinculados aos esforços para a segurança do trânsito poderiam melhorar com a disponibilidade de instrumentos de fiscalização mais modernos, tais como radares fotográficos portáteis (a maior parte do ano de 2013 a regional ficou sem radar fotográfico), medidores de transmitância luminosa, opacímetro (medidor de emissão de fumaça), entre outros.

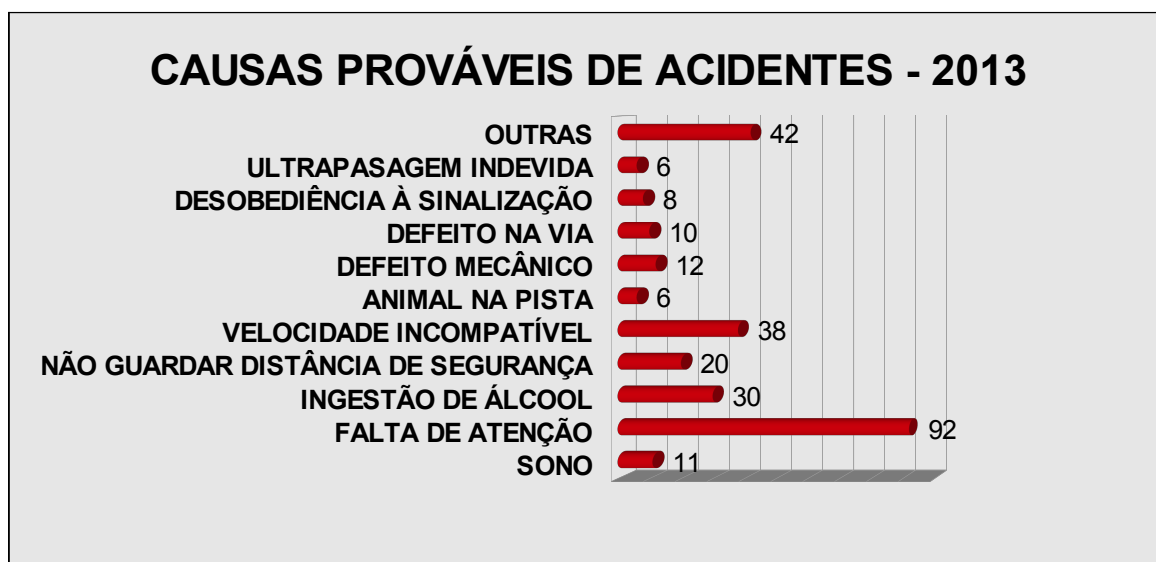
As melhores condições de tráfego, decorrentes da ampliação do percurso asfaltado e da recuperação da BR-210 entre Macapá e Porto Grande, destacam-se como um incentivo ao desrespeito aos limites de velocidade, fator contribuinte para diversos acidentes nestes trechos, o que poderia ser minimizado com a presença de medidor de velocidade.

O gráfico a seguir mostra que as saídas de pista figuraram como principais tipos de acidentes. Seus maiores fatores contribuintes foram exatamente a falta de atenção, velocidade alta ou incompatível e a ultrapassagens indevidas (ultrapassagem em active, em faixa contínua, em cruzamentos, etc.).



Fonte: SIGER/PRF.

Em termos percentuais os acidentes classificados como saída de pista corresponderam a 23,27% do total de ocorrências, seguido de colisão traseira (17,45%), colisão lateral (12,36%), colisão com bicicleta (11,27%) e colisão transversal (9,81%).



Fonte: SIGER/PRF.

Dentre as causas prováveis de acidentes destaca-se, como sempre, a falta de atenção do condutor (33,45%), que percebe tardiamente as alterações de fluidez do trânsito, resultando em colisões traseiras, laterais e transversais, que tem uma conexão com não guardar a distância de segurança (7,27%).

No gráfico acima se verifica um percentual alto de falta de atenção. Este item é uma boa oportunidade de melhoria no registro, pois muitas vezes o policial deixa de anotar o fator efetivamente contribuinte pelo fator genérico “falta de atenção” ou “outras causas”.

Providências estão sendo tomadas no sentido de corrigir esta informação, podendo, inclusive, serem retirados campos do BAT a fim de efetivamente forçar a anotação do fator correto. A experiência permite aferir que escondidas atrás dos fatores “genéricos” estão as ultrapassagens indevidas e velocidade incompatível.

A velocidade incompatível foi constatada em 38 casos (13,81%), relacionados às saídas de pista e capotamento. Ingestão de álcool representou a causa principal de 30 acidentes (10,90%), porém causou a morte de 13 pessoas, o que corresponde a 48,14% do total de mortes em 2013.

A chamada Lei Seca foi um importante instrumento a serviço da segurança. Estatisticamente, ao longo dos anos, a embriaguez ao volante tem se mostrado fator contribuinte para ocorrência dos sinistros em rodovias federais, principalmente nos perímetros urbanos. Por outro lado, a grande visibilidade dada pela mídia a essas mudanças, a modalidade de fiscalização ostensiva, o receio de ser apanhado, entre outros, criou um clima favorável para a reflexão em direção a mudança de comportamento.

Contudo, ainda há muitos condutores que insistem na prática de conduzir veículo sob influência de álcool, o que tem se mostrado como fator potencializador da gravidade dos acidentes, pois sem os devidos reflexos que deveriam nortear a condução do veículo, este acaba desgovernado, aumentando o número de mortos e feridos graves.

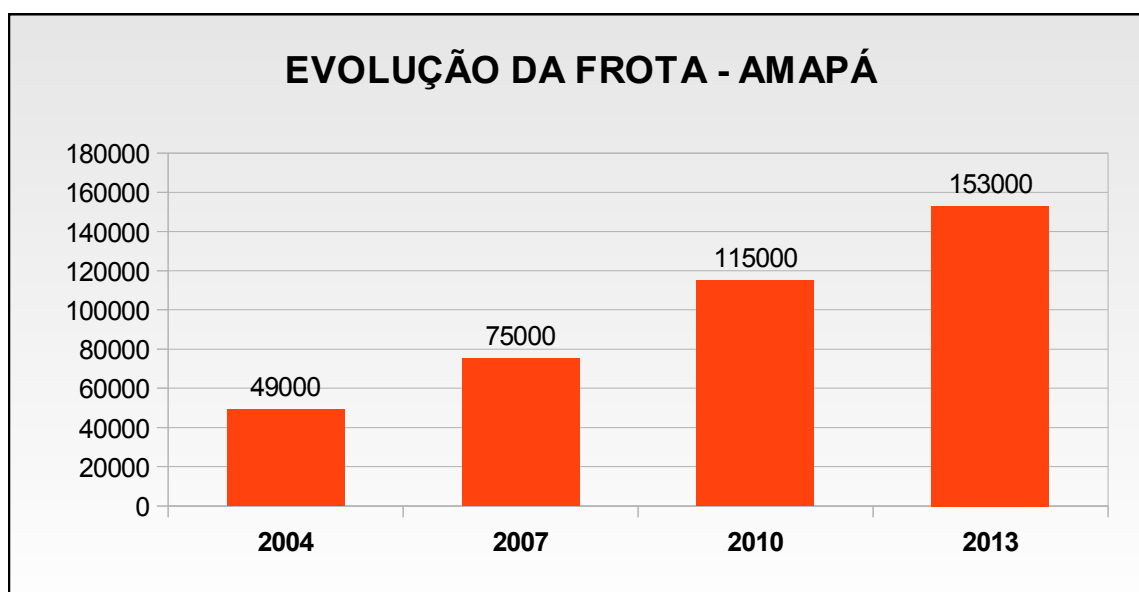
Mais uma vez as estatísticas confirmam que a maioria dos acidentes tem a participação direta do condutor, sendo que a sua atitude poderia ser classificada como negligência, imperícia e/ou imprudência. As estatísticas levantadas indicam que dos acidentes registrados em 2013 nas rodovias federais do Amapá, 68% ocorreram com condições climáticas boas (céu claro/sol), 70,9% em pista seca, 54,18% no período diurno, 79,6% em pista reta e 85% sem nenhuma restrição à visibilidade.

Nos últimos anos o crescimento populacional do Amapá esteve entre os maiores das unidades federativas, chegando a 750.000 habitantes, e a capital Macapá, ultrapassou 437.000 moradores, resultando numa grande expansão urbana, em sua maior parte direcionada à zona norte da cidade, com a criação de diversos bairros, loteamentos e empreendimentos imobiliários, sendo que em apenas um desses empreendimentos – **Conjunto Habitacional Macapaba** – que será inaugurado em 2014, cinco mil apartamentos serão ocupados, estimando-se um afluxo de 25.000 pessoas, a grande maioria de baixa renda.

Essa expansão, aliada a falta de estrutura viária no trecho urbano, resulta numa combinação nefasta. Os pedestres e ciclistas, elo mais fragilizado do trânsito, não possuem espaços dedicados exclusivamente à sua circulação, ficando expostos a maiores riscos diários em seus deslocamentos, resultando em um número considerável de colisões e atropelamentos, com ferimentos graves e óbitos.

Dentre os aspectos deficitários da BR-210, entre o km 0 e o km 10, pode-se enumerar a falta de sinalização horizontal, retornos inadequados, iluminação pública precária ou inexistente, não há ciclofaixas ou ciclovias (somente até o km 01) e não há passarelas ou semáforos para travessia de pedestres.

A evolução histórica da frota circulante, registrada no Amapá, é da ordem de 312% nos últimos dez anos, saindo de 49.000 no ano 2004 para 153.000 veículos em 2013. Ressalta-se que 42% são automóveis de passeio e 33% são motocicletas (*até set/2013*), com a maioria licenciada na Capital.



Fonte: Denatran

E para tentar equacionar essa problemática, aliada à fiscalização, foi estabelecida estratégia de manter intenso diálogo com a imprensa a fim de sensibilizar a sociedade quanto aos riscos que envolvem a direção veicular em rodovias, bem como o papel protagonista que cabe ao motorista na construção de um trânsito mais seguro. Como já foi demonstrado, a estatística atesta que no exercício de 2013, da mesma forma que em anos anteriores, o comportamento inadequado do usuário é o grande vilão da segurança viária.

A Educação para o trânsito, mais uma ferramenta utilizada para sensibilizar os atores do trânsito, foi realizada em duas vertentes. A forma tradicional de realizá-la, ou seja, palestras, comandos educativos, distribuição de material informativo, visitas a escolas, empresas, e a partir do segundo semestre foi implementado o Cinema Rodoviário, que é um projeto novo no Estado, onde os condutores, passageiros e demais usuários da via, são convidados a assistir um pequeno vídeo sobre tema determinado, seguido de uma mini-palestra sobre o assunto abordado, tudo com o intuito de despertar mudança de comportamento no cidadão por um trânsito mais seguro.

Por outra vertente, estrategicamente cada abordagem revestiu-se de elo pedagógico e foi encarada como oportunidade de reflexão e mudança de comportamento. Embora hajam atuações sem abordagem e com equipamentos de operação autônoma, a prioridade sempre foi a da abordagem, do contato da Instituição com o cidadão, o qual, longe de ser um infrator a ser perseguido, foi encarado como um potencial parceiro na promoção da melhoria do trânsito.

Não raro, essas abordagens culminaram, também, em ações de combate ao crime, pois delas podem surgir e surgiram desdobramentos vários de prisões, apreensões de armas, drogas, entre outros. Na verdade, o policiamento ostensivo tem o condão de promover segurança em sua plenitude, seja segurança e fluidez do trânsito ou o enfrentamento à criminalidade.

Na verdade, verificou-se que o elemento mais forte de enfrentamento a violência é a fiscalização, pois o crime também circula, tanto pela locomoção de criminosos, quanto pela movimentação de produtos ilícitos.

A PRF tem o DNA preventivo. Embora tenha sido preparada ao longo dos anos para o enfrentamento a criminalidade com ações e táticas especiais, o dia-a-dia reclama mais ações preventivas que repressivas. A meta está na fiscalização e não na autuação, na prisão, na apreensão. A fiscalização bem feita, respeitosa, como foco definido por levantamentos estatísticos é fundamental para o aparecimento do principal resultado, qual seja: SALVAR VIDAS.

As operações realizadas possuem um produto muito maior que as prisões e apreensões delas decorrentes. Seu maior produto foi permitir que cada cidadão que circule pela via tivesse a sensação de estar seguro, bem como de que se houvesse criminoso se locomovendo, este cairia na malha da polícia. Vale lembrar também, o papel de contenção que essas ações ofereceram para a circulação de ilícitos.

Prisões, apreensões e autuações são conseqüências da fiscalização devidamente realizada na hora e no lugar adequado. O alinhamento de cada policial, de cada servidor, com essa filosofia foi trabalhada no exercício, mas merece ganhar contorno mais forte nos anos seguintes.

No campo do enfrentamento à criminalidade, a principal estratégia foi saturar com a presença ostensiva as rotas mapeadas de ocorrência de tráfico de drogas, a interação da área de Inteligência com os demais órgãos policiais e Ministério Público, a fim de permitir ações integradas de combate a grupos criminosos.

Outra vertente dos esforços institucionais é a vigilância da fronteira. Tal tarefa tem o condão de coibir o tráfico de drogas e armas, cujos resultados nem sempre podem ser mensurados pela quantidade de apreensões, mas também pela contenção e/ou inibição causada à passagem de produtos de ilícitos.

O quadro abaixo demonstra a quantidade de prisões e apreensões realizadas no exercício.

APREENSÕES			
DROGA	QUANTIDADE	CONTRABANDO/DESCAMINHO	QUANTIDADE
Anfetamina (un)	6	Medicamentos (un)	125
Cocaína (g)	155	Eletrônicos (un)	07
Maconha (g)	20	Cigarro (pct)	715
Crack (g)	105	Outros itens (un)	56
PRISÕES: 477			
Mandado	16	Crimes de Trânsito	164
Tráfico de drogas	07	Crimes ambientais	38
Roubo/furto veículos	13	Estrangeiros	76
Contrabando/descaminho	19	Outros	127
MENOR INFRATOR: 13			
Criança encaminhada	15	Adolescente apreendido	4
ARMAS E MUNIÇÕES			
ARMA	53	MUNIÇÕES	4333

Fonte: ROD ON LINE 2013.

Entretanto, alguns gargalos, impactaram negativamente a atividade finalística dentre eles está a realização da obra de reforma e ampliação do posto de fiscalização de Macapá, o que dificultou a realização de algumas atividades previstas no planejamento operacional, uma delas, e de grande importância para os condutores, foi o Comando de Saúde, que estava previsto para ocorrer quatro vezes no exercício e foram realizadas somente duas vezes por absoluta falta de estrutura física para comportar o evento.

O mesmo se diga em relação a realização da obra de reforma e ampliação da sede administrativa em Macapá, o que diminuiu ainda mais a estrutura disponível, inviabilizando inclusive a realização de reuniões gerais com servidores por falta de espaço adequado. Essas estruturas físicas careciam de melhorias a fim de permitir condições adequadas de trabalho aos servidores e melhor acolhimento aos usuários dos serviços do órgão, resultado que certamente será colhido no decorrer de 2014.

A pouca qualidade dos serviços de Tecnologia de Informação e Comunicação – TIC também tem prejudicado o bom andamento do serviço. A modernização dessa área é tocada pelo órgão central. Mas há um grande esforço da área de TIC da regional em manter os serviços em nível ao menos razoável.

A dificuldade de efetivo é outra carência que urge ser suplantada. Estudo realizado pelos Dirigentes Regionais, com base em critérios técnicos (malha viária, procedimentos de fiscalização, atendimento de acidentes, etc) indicaram a necessidade de 161 (cento e sessenta e um) policiais para atender a demanda desta Unidade. Dentro do quantitativo de vagas legais existentes no quadro do DPRF, se estivessem todas preenchidas, teríamos 121 (cento e vinte e um) PRF's. Entretanto, estamos bem longe do número de vagas ideal e do legal existente, pois atualmente o Distrito conta com apenas 34% do que seria o ideal e 42% do quantitativo legal disponível. Todavia, a abertura de concurso público e número de vagas está além da competência da Instituição e é limitado por legislação específica, depende de previsão orçamentária e prioridades do Governo Federal.

Se há carência dele na estrada, também há na área meio, pois os cargos do quadro de apoio são insuficientes diante da demanda administrativa. Ressalta-se que esse gargalo é suprido por policiais rodoviários federais, sem os quais haveria a paralisação da atividade meio.

O Comando e Controle, ferramenta fundamental para o acompanhamento das ações, ocorrências e monitoramento, não foi utilizada durante o segundo semestre do exercício devido à escassez de pessoal para manter equipes específicas na Central de Informações Operacionais. Todas as ocorrências de relevância, bem como manifestações sociais deveriam ser imediatamente comunicadas à Central de Informações Operacionais, a qual difundiria a informação à Central Nacional e para as chefias imediatas, o que permitiria uma intervenção adequada e rápida.

A partir do mês de julho do ano de 2013, por conta de vários deslocamentos de policiais para atender demanda da Copa das Confederações, Jornada Mundial da Juventude e operações de combate ao crime em outros Estados, o gerenciamento das informações voltou a ser realizado pelas próprias equipes, que dentre outros afazeres, recebiam as informações e davam o devido encaminhamento.

Outra demanda que não teve seu ciclo devidamente completado no exercício foi o Leilão de veículos de terceiros. Os principais gargalos foram a falta de dados para notificações dos proprietários, falta de capacitação para que os servidores pudessem gerir o assunto, além da falta de pessoal para tratar especificamente desse tema, pois por conta de outras necessidades operacionais, a comissão somente pôde se dedicar exclusivamente aos trabalhos de gestão de pátio nos meses de outubro e novembro de 2013.

Já no final do exercício, foi liberada a senha de acesso ao sistema do DETRAN/AP para o levantamento dos endereços, bem como foi estabelecido um cronograma de reunião com a Comissão Nacional de Leilão, a fim de que sejam repassadas informações importantes para que as Comissões Regionais sigam critérios pré-estabelecidos, possibilitando o mínimo de uniformização nos procedimentos adotados em âmbito nacional. A expectativa é de que no primeiro semestre do exercício de 2014 seja realizada uma leilão pública para todos esses bens ou colocados à disposição do

DETRAN/AP, através de termo de cooperação.

O maior dos gargalos, no entanto, está na força de trabalho que está muito aquém das demandas. Embora tenha ocorrido o ingresso de novo efetivo no início do ano de 2013, este ainda é muito aquém das necessidades desta UJ.

3.2- Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados abrangendo os objetivos previstos no PPA e relação das ações da LOA

Quadro 3 - A.2.2.1 – Programa Temático

Identificação do Programa de Governo				
Código Programa	2070			
Título	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA			
Esfera de Recursos - PPA e LOA (em R\$ 1,00)				
Esfera	a) Global PPA 2012-2015	b) Dotação Posição final - 2012	c) Dotação Posição final - 2013	d) Remanescente (a-b-c)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social - OFSS				
Orçamento de Investimentos - OI				
Outras Fontes				
Total				
Execução Orçamentária e/ou Financeira do Programa - OFSS e OI em 2013 (em R\$ 1,00)				
Lei Orçamentária 2013				
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social				
e)Despesa Empenhada	f)Despesa Liquidada	g)Despesa Paga	h)Restos a Pagar (inscrição 2013)	i)Despesa Realizada
R\$ 1.106.286,85	R\$ 696.372,26	R\$ 686.936,81	h.1)Processados R\$ 9.435,55	h.2) Não Processado R\$ 409.914,59
Restos a Pagar - OFSS - Exercícios Anteriores				
Tipo	j)Posição em 1/01/2013	k)Valor Liquidado	l)Valor Pago	m)Valor Cancelado
Não processados	-	-	-	-
Processados	-	-	-	-
Valores do programa alocados ao órgão representado pela UJ em 2013				
Dotação OFSS	R\$ 1.191.319,02	Dotação OI	-	Outras Fontes
Objetivos do programa:				
<ul style="list-style-type: none"> - Fortalecer a prevenção, controle, fiscalização e repressão dos delitos transfronteiriços na faixa de fronteira brasileira; - Prestar atendimento pré-hospitalar e resgate emergencial às vítimas de acidentes, bem como demais atividades de saúde no âmbito das rodovias; - Promover a segurança do trânsito (preservar a ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio) nas rodovias e estradas federais, bem como contribuir para a promoção e expansão da cidadania e fortalecimento da democracia.; - Garantir segurança aos usuários das rodovias federais por meio da eliminação de pontos críticos, a partir do monitoramento e fiscalização eletrônica de pontos estratégicos e da otimização do uso da frota de viaturas, além de exercer o controle sobre o fluxo de trânsito através da produção de dados e gerenciamento de informações; - Aumentar a conscientização, a reeducação e a mudança cultural do cidadão relativas ao tema trânsito como forma de exercício da cidadania, inclusive desenvolvendo no cidadão um comportamento pró-ativo a fim de diminuir o índice de acidentes e mortes nas rodovias federais; - Manter e modernizar os sistemas/equipamentos de telecomunicação e informática, propiciando o efetivo funcionamento, sem interrupções, dos sistemas de tecnologia da informação do DPRF a fim de proporcionar 				

à sociedade, o acesso contínuo aos serviços e informações sobre rodovias, multas de processos, através da internet, correio eletrônico e outros meios disponíveis, agilizando e facilitando a comunicação com a Polícia Rodoviária Federal;

- Aprimorar o combate à criminalidade com ênfase em medidas de prevenção, assistência, repressão e fortalecimento das ações integradas para superação do tráfico de pessoas, drogas, armas, lavagem de dinheiro e corrupção, enfrentamento de ilícitos característicos da região de fronteira e na intensificação da fiscalização do fluxo migratório.

Fonte: SIAFI/CONOR

Quadro 4 - A.2.2.3.2 – Ação/Subtítulos – OFSS

Identificação da Ação							
Código	201C		Tipo: Atividade				
Descrição	Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras						
Iniciativa	Implementação da estratégica nacional de segurança pública nas fronteiras para o monitoramento das regiões fronteiriças e Amazônia Legal, bem como para a ampliação da presença dos Órgãos de segurança pública e outras instituições nessas regiões.						
Objetivo	Fortalecer a prevenção, controle, fiscalização e repressão dos delitos fronteiriços e dos demais delitos na faixa de fronteira brasileira						
Programa	Segurança Pública com Cidadania		Código: 2070		Tipo: Temático		
Unidade Orçamentária	Departamento de Polícia Rodoviária Federal						
Ação Prioritária	(X) Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo localizador	Dotação		Despesa			Restos a pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não processados
FRT1EQ	R\$ 13.059,00	R\$ 13.059,00	R\$ 13.059,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 13.059,00
FRT2IT	R\$ 205.692,00	R\$ 205.692,00	R\$ 205.692,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 205.692,00
FRT3CP	R\$ 44.938,28	R\$ 44.938,28	R\$ 44.938,28	R\$ 38.691,00	R\$ 38.691,00	R\$ 0,00	R\$ 6.247,28
FRT4IF	R\$ 133.254,60	R\$ 133.254,60	R\$ 133.254,60	R\$ 6.930,08	R\$ 6.930,08	R\$ 0,00	R\$ 126.324,52
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	reprogramado	Realizado	
*	*		*	*	*	*	*
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
	R\$ 1.206.025,24	R\$ 918.921,30	0,00	*	*	*	

FONTES: SIAFI/CONOR/NAF

* A execução física da ação, descrição de meta e unidade de medidas são concentradas na sede do DPRF/MJ

Aquisições realizadas na gestão deste programa	
Descrição	Valor
25 coletes balísticos	R\$ 13.059,00
10 Antenas/radiocomunicação	R\$ 5220,00
34 transceptores e 4 repetidoras	R\$ 148.512,00
04 gabinetes	R\$ 1.960,00
04 armários de telecomunicação	R\$ 50.000,00
Pagamento de diárias	R\$ 18.338,17
Passagem aérea	R\$ 27.428,95
Recuperação da fossa	R\$ 6.101,24
Projeto básico (Reforma do posto Oiapoque)	R\$ 18.650,00
Reforma e ampliação da sede (aditivo)	R\$ 107.674,52
Total	R\$ 396.943,88

Quadro 5 - A.2.2.3.2 – Ação/Subtítulos – OFSS

Identificação da Ação							
Código	2723		Tipo: Atividade				
Descrição	Policimento Ostensivo nas Rodovias Federais						
Iniciativa	Fortalecimento da capacidade de enfrentamento à violência no trânsito no âmbito das rodovias federais, por meio do aprimoramento das ações de fiscalização e educação para o trânsito, envolvendo o cidadão e outras organizações da sociedade civil, visando à mudança de comportamento em busca de um trânsito mais seguro.						
Objetivo	<p>Prestar atendimento pré-hospitalar e resgate emergencial às vítimas de acidentes, bem como demais atividades de saúde no âmbito das rodovias. Promover a segurança do trânsito (preservar a ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio) nas rodovias e estradas federais, bem como contribuir para a promoção e expansão da cidadania e fortalecimento da democracia.</p> <p>Gaantir segurança aos usuários das rodovias federais por meio da eliminação de pontos críticos a partir do monitoramento e fiscalização eletrônica de pontos estratégicos e da otimização do uso da frota de viaturas, além de exercer o controle sobre o fluxo de trânsito através da produção de dados e gerenciamento de informações;</p> <p>Aumentar a conscientização, a reeducação e a mudança cultural do cidadão relativas ao tema trânsito como forma de exercício da cidadania, inclusive desenvolvendo no cidadão um comportamento pró-ativo a fim de diminuir o índice de acidentes e mortes nas rodovias federais;</p>						
Programa	Segurança Pública com Cidadania		Código: 2070	Tipo: Temático			
Unidade Orçamentária	Departamento de Polícia Rodoviária Federal						
Ação Prioritária	(X) Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo localizador	Dotação		Despesa			Restos a pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Proces sados	Não processados
POL3INT	R\$ 19027,42	R\$ 19027,42	R\$ 19027,42	R\$ 19027,42	R\$ 19027,42	R\$ 0,00	R\$ 9365,70
POL4AF	R\$ 102567,81	R\$ 102567,81	R\$ 102567,81	R\$ 89.065,81	R\$890 65,81	R\$ 0,00	R\$ 13502,00
POLACC	R\$ 160536,50	R\$ 160536,50	R\$ 160536,50	R\$ 151170,80	R\$ 151170 ,80	R\$ 0,00	R\$ 9365,70

POL4MV	R\$ 107338,75	R\$ 107338,75	R\$ 107338,75	R\$ 107338,75	R\$ 97947,75	R\$ 9435,44	R\$ 5,55
POL4PF	R\$76683,51	R\$76683,51	R\$76683,51	R\$64772,18	R\$ 64772,18	R\$ 0,00	R\$ 11911,33
POL4STL	R\$36122,71	R\$ 36122,71	R\$ 36122,71	R\$ 36122,71	R\$ 36122,71	R\$ 0,00	R\$ 0,00
POL6AS	R\$ 3001,41	R\$ 3001,41	R\$ 3001,41	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 3001,41
POLBET	R\$ 17312,19	R\$ 17312,19	R\$ 17312,19	R\$ 15970,68	R\$ 15970,68	R\$ 0,00	R\$ 1341,51
POLECP	R\$ 14686,59	R\$ 14686,59	R\$ 14686,59	R\$ 14686,59	R\$ 14686,59	R\$ 0,00	R\$ 0,00
POLEPF	R\$ 7155,03	R\$ 7155,03	R\$ 7155,03	R\$ 7155,03	R\$ 7155,03	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante				
			Previsto	reprogramado	Realizado		
*	*	*	*	*	*		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
	R\$ 51237,88	R\$ 47193,06	711,21	*	*	*	

FONTE: SIAFI/CONOR/NAF

* A execução física da ação, descrição de meta e unidade de medidas são concentradas na sede do DPRF/MJ

Aquisições realizadas na gestão deste programa	
Descrição	Valor
Combustível para viaturas	128.594,75
Aquisição de reagentes para Comando de saúde	3.001,41
Aquisição de pneus para as viaturas	26.408,40
Calibração e suprimento de etilômetros	25.237,00
Calibração de radar fotográfico	4.310,00
Material para atendimento pré-hospitalar	1.090,56
Manutenção corretiva e preventiva das VTR's	80.980,35
Pagamento de diárias	R\$ 213.146,05
Passagem aérea	R\$ 61.713,41
Total	R\$ 544.481,93

Quadro 6 - A.2.2.3.2 – Ação/Subtítulos – OFSS

Identificação da Ação							
Código	7U23		Tipo: Atividade				
Descrição	Implementação do plano nacional de segurança pública em grandes eventos						
Iniciativa	Implementação do plano nacional de segurança pública em grandes eventos						
Objetivo	Implementação do plano nacional de segurança pública em grandes eventos, dotando as instituições da segurança pública dos recursos necessários para a integração das ações e execução dos projetos						
Programa	Segurança Pública com Cidadania		Código: 2070		Tipo: Temático		
Unidade Orçamentária	Departamento de Polícia Rodoviária Federal						
Ação Prioritária	(X) Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo localizador	Dotação		Despesa			Restos a pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não processados
SESGE-IP7	R\$ 97.226,10	R\$ 97.226,10	R\$ 97.226,10	R\$ 97.226,10	R\$ 97.226,10	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
	*			Previsto	reprogramado	Realizado	
*	*		*	*	*	*	*
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	*	*	*	

FONTE: SIAFI/CONOR/NAF

* A execução física da ação, descrição de meta e unidade de medidas são concentradas na sede do DPRF/MJ

Aquisições realizadas na gestão deste programa	
Descrição	Valor
Pagamento de diárias	R\$ 82.749,49
Passagem aérea	R\$ 14.476,61
Total	R\$ 97.226,10

Quadro 7 - A.2.2.3.2 – Ação/Subtítulos – OFSS

Identificação da Ação	
Código	03E1 Tipo: Atividade
Descrição	Manutenção e Modernização dos sistemas de tecnologia da informação e comunicação
Iniciativa	Provimento de infraestrutura adequada para os órgãos policiais da União e promoção da atualização tecnológica, aparelhamento e manutenção das soluções implementadas.
Objetivo	Manutenir e modernizar os sistemas/equipamentos de telecomunicações e informática, propiciando o efetivo funcionamento, sem interrupções, dos sistemas de tecnologia da informação do DPRF a fim de proporcionar à sociedade o acesso contínuo aos serviços e informações sobre rodovias, processos de multas, através da internet, correio eletrônico e outros meios disponíveis, agilizando e facilitando a comunicação com a Polícia Rodoviária Federal
Programa	Segurança Pública com Cidadania Código: 2070 Tipo: Temático

Unidade Orçamentária	Departamento de Polícia Rodoviária Federal						
Ação Prioritária	(X) Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo localizador	Dotação		Despesa			Restos a pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não processados
TIC1INFRA	R\$ 37.603,92	R\$ 37.603,92	R\$ 37.603,92	R\$ 26.703,92	R\$ 26703,92	R\$ 0,00	R\$ 10900,00
TIC1TC	R\$ 30.031,02	R\$ 30.031,02	R\$ 30.031,02	R\$ 21466,73	R\$ 21466,73	R\$ 0,00	R\$ 8564,29
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante				
			Previsto	reprogramado	Realizado		
*	*	*	*	*	*		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
	R\$ 72.546,04	R\$ 44.750,59	R\$ 9.226,83	*	*	*	

FONTE: SIAFI/CONOR/NAF

* A execução física da ação, descrição de meta e unidade de medidas são concentradas na sede do DPRF/MJ

Aquisições realizadas na gestão deste programa	
Descrição	Valor
Contratação do serviço de Telefonia Fixa	R\$ 14.295,83
Contratação do serviço de Telefonia Móvel	R\$ 15.435,19
Contratação do serviço transmissão de dados	R\$ 150,00
Contratação do serviço de telefonia DDD	R\$ 88,00
Locação de Impressoras Multifuncionais	19.001,08
Manutenção do sistema de radiocomunicação	R\$ 18.602,84
Total	R\$ 67.634,94

Quadro 8 - A.2.2.3.2 – Ação/Subtítulos – OFSS

Identificação da Ação	
Código	2000 Tipo: Atividade
Descrição	Administração da Unidade
Iniciativa	Administração da Unidade
Objetivo	Administração da Unidade
Programa	Programa de Manutenção e Gestão do Ministério da Justiça Código: 2112 Tipo: Gestão e Manutenção
Unidade Orçamentária	Departamento de Polícia Rodoviária Federal
Ação Prioritária	(X) Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria
Lei Orçamentária Anual - 2013	
Execução Orçamentária e Financeira	

Nº do subtítulo localizador	Dotação		Despesa			Restos a pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Proces sados	Não processados
	R\$ 729924,72	R\$ 729924,72	R\$ 602012,09	R\$ 602012,09	R\$ 602012,09	R\$ 0,00	R\$ 127.912,63
ADM1AD	R\$ 137634,34	R\$ 137634,34	R\$ 137634,34	R\$ 93.194,21	R\$ 93194,21	R\$ 0,00	R\$ 44440,13
ADM1CF	R\$ 3086,72	R\$ 3086,72	R\$ 3086,72	R\$ 3086,72	R\$ 3086,72	R\$ 0,00	R\$ 0,00
ADM1CG	R\$ 18279,13	R\$ 18279,13	R\$ 18279,13	R\$ 18279,13	R\$ 18279,13	R\$ 0,00	R\$ 0,00
ADM1CS	R\$ 94142,52	R\$ 94142,52	R\$ 94142,52	R\$ 70568,90	R\$ 70568,90	R\$ 0,00	R\$ 23573,62
ADM1TC	R\$ 406499,43	R\$ 406499,43	R\$ 406499,43	R\$ 355400,39	R\$ 355400,39	R\$ 0,00	R\$ 51099,04
ADM2CP	R\$ 65213,97	R\$ 65213,97	R\$ 65213,97	R\$ 57480,39	R\$ 57480,39	R\$ 0,00	R\$ 7733,58
ADM2DH	R\$ 5068,61	R\$ 5068,61	R\$ 5068,61	R\$ 4002,35	R\$ 4002,35	R\$ 0,00	R\$ 1066,26
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	reprogramado	Realizado	
*	*		*	*	*	*	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
	R\$ 46638,16	R\$ 39865,31	R\$ 6.772,85	*	*	*	

FONTE: SIAFI/CONOR/NAF

* A execução física da ação, descrição de meta e unidade de medidas são concentradas na sede do DPRF/MJ

Aquisições realizadas na gestão deste programa	
Descrição	Valor
Aquisição de sanduicheiras	R\$ 97,56
Aquisição de nobreak's	R\$ 4.900,00
Aquisição de água, café e açúcar	R\$ 6.796,62
Aparelhos de centrais de ar	R\$ 19.223,74
Balsa para transporte de viaturas	R\$ 7.000,00
Imprensa Nacional	R\$ 9.140,27
Intermediação de estagiários	R\$ 2.992,03
Manutenção de ar-condicionado	R\$ 6.050,00
Material para capacitação em tiro	R\$ 2.774,80
Material de expediente	R\$ 15.301,90
Pagamento de diárias	R\$ 96.004,02

Passagem aérea	R\$ 99.943,23
Recarga de extintor	R\$ 3.856,00
Seguro DPVAT da frota	R\$ 3.905,78
Serviço de limpeza e conservação	R\$ 209.501,30
Serviço de vigilância armada	R\$ 203.530,80
Serviços postais	3.546,28
Serviço de Energia Elétrica	R\$ 35.359,39
Serviço de Água Tratada	R\$ 1,00
Total	R\$ 729.924,72

Quadro 9 - A.2.2.3.2 – Ação/Subtítulos – OFSS

Identificação da Ação							
Código	14VN		Tipo: Atividade				
Descrição	Apoio à realização de grandes eventos						
Iniciativa	Grandes eventos						
Objetivo	Implementar o plano nacional para a segurança em grandes eventos, dotando as instituições de segurança pública dos recursos necessários para a integração das ações e execução dos projetos.						
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça Código: 2125 Tipo: Gestão e Manutenção						
Unidade Orçamentária	Departamento de Polícia Rodoviária Federal						
Ação Prioritária	(X) Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo localizador	Dotação		Despesa			Restos a pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não processados
20000001007	R\$ 85.032,17	R\$ 85.032,17	R\$ 85.032,17	R\$ 85.032,17	R\$ 85.032,17	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante				
			Previsto	reprogramado	Realizado		
*	*	*	*	*	*		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	*	*	*	

FONTE: SIAFI/CONOR/NAF

* A execução física da ação, descrição de meta e unidade de medidas são concentradas na sede do DPRF/MJ

Aquisições realizadas na gestão deste programa	
Descrição	Valor
Pagamento de diárias	R\$ 47.314,16
Passagem aérea	R\$ 37.718,01
Total	R\$ 85.032,17

Quadro 10 - A.2.2.3.2 – Ação/Subtítulos – OFSS

Identificação da Ação							
Código	20UB		Tipo: Atividade				
Descrição	Fiscalização dos serviços de transporte rodoviário						
Iniciativa	Execução permanente da fiscalização do transporte rodoviário de carga, aplicando autuações por descumprimento à legislação quanto ao excesso de peso, nas rodovias federais concedidas, vale pedágio obrigatório, transporte rodoviário internacional de cargas e e ao registro nacional do transportador rodoviário de cargas.						
Objetivo	Assegurar a qualidade e a segurança nos serviços de transporte rodoviário de cargas pela verificação da observância das normas técnicas constantes da legislação em vigor, em particular na realização do transporte dentro dos limites de peso, nas rodovias federais concedidas, no fornecimento do vale pedágio obrigatório, no transporte rodoviário internacional de cargas e no cumprimento da regulamentação quanto ao registro nacional do transportador rodoviário de cargas.						
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça Código: 2112 Tipo: Gestão e Manutenção						
Unidade Orçamentária	Departamento de Polícia Rodoviária Federal						
Ação Prioritária	(X) Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo localizador	Dotação		Despesa			Restos a pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Proces sados	Não processados
2NFDA147	R\$ 13181,00	R\$ 13181,00	R\$ 13181,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 13181,00
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante				
			Previsto	reprogramado	Realizado		
*	*	*	*	*	*		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
	R\$ 0,00	R\$0,00	R\$ 0,00	*	*	*	

FONTE: SIAFI/CONOR/NAF

* A execução física da ação, descrição de meta e unidade de medidas são concentradas na sede do DPRF/MJ

Aquisições realizadas na gestão deste programa	
Descrição	Valor
Conjunto para limpeza de armamento	R\$ 1.181,00
Pneus para viaturas	R\$ 12.000,00
Total	R\$ 13.181,00

Quadro 11 - A.2.2.3.3 – Ações não Previstas LOA 2013 - Restos a Pagar - OFSS

Identificação da Ação					
Código	2346		Tipo: Atividade		
Título	Fiscalização dos serviços de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros				
Iniciativa	Execução permanente da fiscalização da prestação do serviço delegado, serviços regulares e serviços especiais de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros, além de coibir o transporte irregular, aplicando autuações e zelando pela boa qualidade dos serviços prestados.				
Objetivo	Assegurar a qualidade e a segurança nos serviços de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros, por intermédio da verificação da observância das normas técnicas constantes da legislação em vigor.				
Programa	Segurança Pública com Cidadania Código: 2070 Tipo: Temático				
Unidade Orçamentária	Departamento de Polícia Rodoviária Federal				
Ação Prioritária	(X) Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da meta	Unidade de medida	Realizado
R\$ 2.973,45	R\$ 2.279,47	R\$ 693,09	-	-	-

Fonte: SIAFI/CONOR

Descrição das Despesas
Abastecimento da frota
Taxa de Administração (ticket car)

Quadro 12 - A.2.2.3.3 – Ações não Previstas LOA 2013 - Restos a Pagar - OFSS

Identificação da Ação					
Código	2347		Tipo: Atividade		
Título	Fiscalização dos serviços de transporte rodoviário de cargas				
Iniciativa	Execução permanente da fiscalização do transporte rodoviário de carga, aplicando autuações por descumprimento à legislação quanto ao excesso de peso nas rodovias federais concedidas, no fornecimento do vale pedágio obrigatório, transporte rodoviário internacional de cargas e ao registro nacional do transportador rodoviário de cargas.				
Objetivo	Assegurar a qualidade e a segurança nos serviços de transporte rodoviário de cargas pela verificação da observância das normas técnicas constantes da legislação em vigor, em particular na realização do transporte dentro dos limites de peso, nas rodovias federais concedidas, no fornecimento do vale pedágio obrigatório, no transporte rodoviário internacional de cargas e no cumprimento da regulamentação quanto ao registro nacional do transportador rodoviário de cargas.				
Programa	Segurança Pública com Cidadania Código: 2070 Tipo: Temático				
Unidade Orçamentária	Departamento de Polícia Rodoviária Federal				
Ação Prioritária	() Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da meta	Unidade de medida	Realizado
R\$ 1.237,50	R\$ 1.237,50	R\$ 0,00	-	-	-

Descrição da Despesa
Aquisição de uniformes (camisetas azuis)

4- Estrutura de Governança e de Autocontrole da Gestão

4.1 – Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da UJ

Quadro 13 – A.3.2 - Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ

Elementos do sistema de controles internos a serem avaliados	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.		X			
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				X	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				X	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				X	
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				X	
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.		X			
Procedimentos de Controle					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.		X			
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.		X			
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				X	
Informação e Comunicação					
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	

25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.		X			
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.		X			
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.		X			

4.2 – Controles Internos Administrativos da Unidade

O sistema de controle interno da Unidade ainda apresenta fragilidades devidos a vários fatores. A principal dificuldade enfrentada pelo gestor é a falta de pessoal para que seja desenvolvido um trabalho de forma contínua nos mais variados setores, pois todos estão de uma forma ou de outra relacionados ao controle interno da UJ.

O Núcleo de comunicação não existe na estrutura do Distrito, mas faz relevante papel na comunicação interna e externa, mantendo os servidores constantemente informados das ações que são desenvolvidas na regional, bem como dos atos de gestão que estão sendo adotados e com quais objetivos. Tal atividade vem sendo precariamente desenvolvida por um servidor designado por portaria, o qual apesar do comprometimento não teve a devida formação para o desempenho das funções.

No Núcleo de Policiamento e Fiscalização há um expressivo atendimento ao público externo, além disso é um setor altamente demandado, pois é quem gere e direciona as ações de fiscalização, tendo como fator primordial o cumprimento das metas estabelecidas dentro dos programas de governo. Tal Núcleo trabalha com alta concentração de atividades nas mãos do Chefe, o qual durante o exercício avaliada dispunha de poucos servidores de apoio com a devida capacitação, o que ocasiona em algumas situações a falta de condições de avaliação dos riscos de forma preventiva e adoção de ações para mitigá-los preventivamente.

Um dos grandes problemas que também afetam a gestão é a falta de pátio adequado para guarda de veículos apreendidos, os quais ainda ficam na vulnerabilidade, eis que a unidade não dispõe de pátio com cobertura e com serviço de monitoramento. Foi designada comissão para gestão dos veículos apreendidos, mas, conforme citado anteriormente, não foi possível finalizar o processo de leilão. Essa é uma demanda a ser priorizada no exercício 2014 pois impacta diretamente no patrimônio de terceiros.

Outro fator a ser ponderado é que a unidade dispõe de servidores no quadro de apoio, que foram incorporados provenientes do Ex-Território Federal do Amapá, alguns já em fase de aposentadoria. Tais profissionais, em sua maioria, trabalhavam em atividades que não eram afetas à área policial, então não possuem habilidades necessárias para a gestão de várias situações diárias, e principalmente apresentam muita resistência aos instrumentos de controle, o que aumenta a demanda dos Chefes imediatos, os quais precisam corriqueiramente refazer tarefas.

4.3 – Sistema de Correição

O Núcleo de Correição e Assuntos Internos é parte integrante da estrutura dos Distritos no DPRF, tendo suas atribuições definidas no Regimento Interno do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, aprovado pela Portaria nº 1375, de 02/08/2007, do Senhor Ministro de Estado da Justiça, conforme descrito no item relativo às finalidades e competências insticucionais, item 1.2 deste relatório.

Durante o exercício de 2012 foram instaurados 03 (três) procedimentos administrativos novos, e foi dada continuidade em 01 (um) procedimentos do ano de 2011, apresentando o quadro comparativo abaixo:

Procedimentos instaurados		
Descrição	2012	2013
Sindicâncias adm. disciplinar	0	0
Processo adm. disciplinar	1	3
Procedimentos investigativos	2	0
Processos pendentes no fim do exercício	0	2
Cartas precatórias		
Expedidas	0	0
Cumpridas	1	0
Total	1	0
Penalidades aplicadas		
Advertência	0	0
Suspensão	1	0
Total	1	0

O aumento no quantitativo de procedimentos está diretamente ligado ao aumento no número de servidores advindos do concurso de 2009, mas tomaram posse no final de 2012 e início de 2013, impactando principalmente o exercício 2013.

A Corregedoria Regional continuou a cobrar dos Chefes de Núcleos, principalmente do Núcleo de Policiamento e Fiscalização, o desenvolvimento de atividades preventivas, com o objetivo de minimizar as instaurações desnecessárias para a Administração, em continuidade ao projeto Corregedoria Participativa, onde os próprios servidores participam do processo de gerenciamento das atividades de prevenção, através do AGS – Acompanhamento Gerencial de Serviço, o que ajuda na melhoria da qualidade do serviço e na diminuição da demanda correicional.

Em relação as metas estabelecidas pela Corregedoria Geral, este Distrito, através de sua Corregedoria Regional, buscou o cumprimento de todas elas.

4.4 – Cumprimento pela instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU

Os processos começaram a ser lançados no Sistema CGU-PAD, porém apresentou problemas de acesso, não sendo mais alimentado com as demais informações que precisariam ter sido lançadas durante o exercício. Alguns mudanças de gestão estão sendo adotadas para sanear as pendências existentes para o próximo exercício.

5. Tópicos Especiais da Execução Orçamentária e Financeira

5.1- Execução das despesas

Quadro 14- A.4.1.2.1 – Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa

Movimentação dentro de mesma Unidade Orçamentária entre Unidades Jurisdicionadas Distintas						
Origem da movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		Pessoal e encargos sociais	Juros e encargos da dívida	Outras despesas correntes
Concedidos						
Recebidos	200109	200233	2000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 705.703,42
Recebidos	200109	200233	2723	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 544.481,93
Recebidos	200109	200233	7U23	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 97.226,10
Recebidos	200109	200233	14VN	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 85.032,17
Recebidos	200109	200233	8698	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 67.634,94
Recebidos	200109	200233	20IC	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 75.738,36
Recebidos	200109	200233	20UB	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 13.181,00
Origem da movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de capital		
	Concedente	Recebedora		Investimentos	Inversões financeiras	amortizações
Recebidos	200109	200233	200ic	R\$ 321.205,52	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Recebidos	200109	200233	2000	R\$ 24.221,30	R\$ 0,00	R\$ 0,00
<p>Ação 2000 – Administração da Unidade;</p> <p>Ação 7U23 – Implementação do Plano Nacional de Segurança Pública;</p> <p>Ação 20UB – Fiscalização dos serviços de transporte rodoviário de carga;</p> <p>Ação 2723- Policiamento Ostensivo nas Rodovias Federais;</p> <p>Ação 8698 – Manutenção e modernização dos sistemas de TI;</p> <p>Ação 20IC – Estratégia nacional de segurança pública nas fronteiras;</p> <p>Ação 14VN – Apoio à realização de grandes eventos.</p>						
<p>- 60,04% dos créditos recebidos tiveram por finalidade compras através de Pregão Eletrônico, das quais destacam-se serviço de limpeza e vigilância (R\$ 406.499,43); Abastecimento da Frota (R\$ 128.594,75); Manutenção de Viaturas (R\$ 107.388,75) e Infraestrutura de TI (R\$ 67.634,94).</p> <p>- 4,51% referem-se a despesas com Dispensas de Licitação, as principais despesas liquidadas/pagas foram: Energia Elétrica (R\$ 35.359,39); Água mineral, café e açúcar (R\$ 2.191,65); confecção de carimbos (R\$ 2.220,00); Material de Expediente (R\$ 7.721,90), Aquisição de 2 nobreaks de 3Kva (R\$ 4.900,00); Limpeza e recuperação de fossa do Posto Oiapoque, (R\$ 6.101,24) e Recarga de extintores da regional (R\$ 3.856,00).</p> <p>- Em 2013 as contratações através de Dispensa de Licitação foram 51,42% superiores às contratações efetuadas em 2012. Insto deve-se aos contratos com fornecimento de carimbos, aquisição de 2 nobreaks, limpeza e recuperação de fossa no Posto Oiapoque e recarga de extintores. Nenhuma dessas despesas foi executada em 2012.</p> <p>- 1,50% foram aplicados em inexigibilidades. As despesas liquidadas em 2013 foram: aferição de etilômetros e radar eletrônico (R\$ 18.890,00), despesas postais (R\$ 1.912,22).</p> <p>- Houve um crescimento de 212,57% nas despesas liquidadas em 2013 em relação ao ano de 2012, devido, principalmente, ao aumento nas despesas com aferição e calibração de etilômetros e radar fotográfico.</p> <p>- 33,07% das despesas liquidadas referem-se à diárias, sendo: diárias operacionais (R\$ 184.656,45) e Copa das Confederações e Jornada Mundial da Juventude (R\$ 130.063,65). As despesas com diárias foram 101,64% superiores em 2013, em relação ao ano de 2012.</p>						

- O crescimento justifica-se em virtude da realização da Copa das Confederações e Jornada Mundial da Juventude.
- 0,88% totalizam as outras despesas, sendo: DPVAT das viaturas do 4ºDRPRF/AP (R\$ 3.905,78); Fundo de Imprensa Nacional (R\$ 9.140,27).

Fonte: SIAFI/CONOR e NAF

Quadro 16 – A.4.1.3.6 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

Unidade Orçamentária		Código UO:				UGO:			
DESPESAS CORRENTES									
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos		
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	
1 – Despesas de Pessoal									
1º elemento de despesa	R\$ 0,00	R\$ 10237,03	R\$ 0,00	R\$ 10237,03	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 10237,03	
3 – Outras Despesas Correntes									
1º elemento (diárias)	457.551,89	226.917,11	457.551,89	226.917,11			457.551,89	226.917,11	
2º elemento (locação de mão-de-obra)	403507,40	462.287,40	352.818,94	423.763,45	50.688,46	38.523,95	352.818,94	423.763,45	
3º elemento (passagem aérea e outras Ex.Ant)	464.475,34	409.742,07	349.351,51	350.035,87	115.123,83	59706,20	345.352,21	345771,07	
DESPESAS DE CAPITAL									
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos		
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	
4 – Investimentos									
1º elemento de despesa	237.752,30	49.363,15	4.900,00	17.975,00	232.852,30	31.388,15	4.900,00	17.975,00	
2º elemento de despesa	107.674,52	1.206.025,24	R\$ 0,00	R\$0,00	107.674,52	1.206.025,24	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
<p>Despesas Correntes - Outras Despesas correntes – 1º elemento de despesa – Diárias: Somente nas Operações “Sentinela” e “de Combate ao Crime”, as despesas com diárias totalizaram a importância de R\$ 166.017,44 (36,28%); Destacam-se ainda as despesas com diárias destinadas à Copa das Confederações e Jornada Mundial da Juventude, que totalizaram R\$ 130.063,65, equivalente a 28,42% das despesas do grupo.</p>									
<p>Despesas Correntes - Outras Despesas correntes – 2º elemento de despesa - Locação de mão-de-obra: Vigilância armada: R\$ 203.530,80; Limpeza e Conservação: R\$ 199.976,80; A economia de R\$ 58.780,00 verificada de 2012 para 2013, deu-se, principalmente, pela ativação do Posto de Oiapoque em dezembro de 2012, fato que desobrigou a regional de contratar empresa de vigilância para aquela unidade operacional</p>									
<p>Despesas Correntes - Outras Despesas correntes – 3º elemento de despesa - Material de Consumo: Somente com abastecimento e manutenção das viaturas do 4ºDRPRF/AP, as despesas totalizaram R\$ 217.440,00, o que corresponde a 82,53% das despesas com material de consumo: - Combustível: R\$ 125.046,75; Peças para as viaturas: R\$ 53.984,85; Pneus: R\$ 38.408,40. Inversamente ao que ocorreu com a despesa de vigilância, o consumo de combustível aumentou 38,79%</p>									
<p>Despesas de Capital – Investimento - 1º elemento de despesa – Equipamentos e Material Permanente: R\$ 200.472,00 (84,32%), referem-se a aquisição de equipamentos de</p>									

radiocomunicação (34 transeptores móveis, 4 gabinetes e 4 armários de telecomunicações); R\$ 19.293,74 (8,12%) destinaram-se a aquisição de 12 aparelhos de ar-condicionado; R\$ 13.059,00 (5,50%) foi a importância empenhada para aquisição de 23 coletes balísticos; R\$ 4.900,00 (2,06%) foi o valor pago por dois nobreaks de 3Kva. As aquisições de Equipamentos e Material Permanente – equipamentos de radiocomunicação, fez com que essa modalidade de despesa superasse em 381,63% as aquisições realizadas no ano de 2012.

Despesas de Capital – Investimento - 1º elemento de despesa – Obras e Instalações: No ano de 2012 deu-se a contratação das obras de reforma e ampliação da sede do 4ºDRPRF/AP e do Posto localizado no Km-08, da BR-210. Já em 2013, o valor empenhado refere-se tão somente a assinatura de termo aditivo ao contrato de reforma e ampliação da sede do 4ºDRPRF/AP.

Fonte: SIAFI/CONOR e NAF

5.2 - Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

Quadro 17 - A.4.2. - Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI		Denominação			
2.1.2.1.1.0.1.0.0		Obrigações à pagar – Fornecedores – do exercício			
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2012	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2013
200233	110245/00001	0	R\$ 4.889,57	R\$ 4.889,57	0
Razões e Justificativas: Referem-se a faturas da Imprensa Nacional dos anos de 2011 e 2012 apresentadas somente no segundo semestre de 2013.					
OBS: As faturas foram liquidadas incorretamente como se fossem do exercício, situação verificada somente quando da elaboração do presente relatório.					

Quadro 18 - A.4.3 - Situação dos Restos a Pagar em exercícios anteriores

Restos a Pagar Não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2013	Pagamento	Cancelamento	Saldo a Pagar em 31/12/2013
2011	R\$ 1.237,50	R\$ 1.237,50	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2012	R\$ 1.379.420,77	R\$ 1.053.009,73	R\$ 17.404,87	R\$ 309.006,17
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2013	Pagamento	Cancelamento	Saldo a Pagar em 31/12/2013
2011	R\$ 577,98	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 577,98
2012	R\$ 17.219,19	R\$ 15.834,84	R\$ 0,00	R\$ 1.384,35
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS				
O montante inscrito oriundo do exercício 2011 foi totalmente liquidado em 2013. A importância referia-se a aquisição de uniforme;				
Já em relação ao montante inscrito No ano 2012, R\$ 1.206.025,24 refere-se às contratações de reforma e ampliação da sede do 4ºDRPRF/AP e Posto Macapá; R\$ 162.654,22 são originários de despesas contratadas através de pregão eletrônico (abastecimento da frota, telefonia fixa e celular, manutenção predial, recuperação de torres de radiocomunicação, aquisição de equipamentos de informática, segurança armada e limpeza e conservação).				
As créditos cancelados referem-se a valores empenhados pelo total dos contratos e as despesas realizadas foram inferiores a essas importâncias.				

Do montante inscrito em 31/12/2013, R\$ 287.103,94 são restos a pagar das obras de ampliação e reforma da sede do 4ºDRPRF/AP e Posto Macapá, que ainda estão sendo finalizadas.

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS

Do montante inscrito do ano de 2011, após levantamento efetuado na regional, não é devido, portanto será cancelado. Em relação ao montante inscrito em 2012 (manutenção da frota e passagens aéreas), já foram pagos R\$ 15834,34, a diferença no valor de R\$ 1.384,35 será cancelada por ser indevida.

Fonte: SIAFI/CONOR e NAF

5.3 - Análise crítica da gestão orçamentária e financeira

Quadro comparativo de percentual de execução			
Exercício	Provisão recebida	Valor liquidado no exercício	Percentual de execução
2011	R\$1.192.364,59	R\$ 958.669,98	80,40%
2012	R\$ 2.568.688,03	R\$ 1.189.267,26	46,29%
2013	R\$ 1.934.424,74	R\$ 1.383.416,52	71,51%

Ressalta-se que esta unidade apenas executa os recursos distribuídos pela unidade central, DPRF/MJ, e comparando os valores recebidos e liquidados nos anos anteriores, a execução orçamentária e financeira do exercício 2013 atingiu percentual bastante satisfatório no que se refere às despesas rotineiras, deixando de liquidar no exercício somente as aquisições feitas no final do ano e o que ainda não foi liquidado em termos de obras, o que perfaz um valor razoável, eis que as mesmas ainda estão em fase de finalização. Os recursos foram utilizados de acordo com a destinação descrita nos respectivos programas e ações de governo, o que foi devidamente demonstrado em tópicos anteriores.

Como pode ser observado no demonstrativo de despesas por modalidade de licitação, as contratações na modalidade pregão continua sendo priorizada, o que representa avanço na caminhada da instituição, que gradativamente está evoluindo no que se refere a esse tipo de contratação, pois é certo que constitui o modelo via de regra adotado nacionalmente, e que traz benefícios significativos para todos, principalmente os afetos a diminuição de custos e impessoalidade na tratativa de licitações.

As contratações diretas ainda são utilizadas em decorrência da escassez de empresas prestadoras de determinados serviços no Estado, ou a inadequação das mesmas para participação em certames, além dos casos de fornecimento com exclusividade. Tais serviços são indispensáveis para a operacionalização das atividades do Distrito, dentre eles: 1. fornecimento de energia elétrica; 2. Serviços postais; 3. Aferição e calibração de etilômetros e radares, além de outras pequenas aquisições necessárias ao andamento das ações. Contudo, o Núcleo Administrativo e Financeiro tem envidado esforços no sentido de minimizar ao máximo contratos dessa natureza;

Para todos os contratos realizados pelo Distrito foram designados os respectivos fiscais, os quais têm a atribuição de acompanhar a fiel execução do que foi pactuado com a empresa, relatando em meios próprios as distorções detectadas, para que sejam adotadas as providências cabíveis, tais como multas, distrato, glosa de pagamento, adequação dos bens ou serviços, dentre outras medidas.

Considerando a Administração Pública como o conjunto de entidades e órgãos incumbidos de realizar a atividade administrativa com o desiderato de satisfazer as necessidades coletivas, o Núcleo Administrativo e Financeiro trabalhou conjuntamente com os demais núcleos que compõem a estrutura do Distrito, com o objetivo de viabilizar a satisfação das demandas apresentadas, em que pesem as adversidades encontradas principalmente no que tange a recurso humano.

Vale constar que na prática as atividades do Distrito são compatíveis com as de uma Superintendência Regional, a qual tem em sua estrutura uma Seção responsável pela atividade administrativa e financeira, onde são agrupados cinco núcleos, quais sejam: telemática, patrimônio, serviços gerais, orçamento e finanças, além da Comissão de licitação que trabalha com independência dos demais núcleos. Busca-se com isso registrar a disparidade existente na estruturação desta unidade, que conta com apenas um núcleo (NAF) para realização de papel correspondente.

Registra-se que o exercício em referência teve um plus no que se refere ao aumento de demanda no núcleo, pois devido aos grandes eventos sediados no país, Copa das Confederações e Jornada Mundial da Juventude, houve um incremento na movimentação de pessoal, passando de 167 viagens cadastradas no sistema de concessão de diárias e passagens em 2012 para 300 no ano de 2013; e passando de 42 bilhetes emitidos em 2012 para 112 emissões de passagens em 2013, ou seja um aumento de 180% em viagens realizadas (considerandos regionais e nacionais) e aumento de 266% no quantitativo de bilhetes emitidos no ano, atividade essa que depende do bom funcionamento do sistema e da disponibilização de servidores para o rigoroso acompanhamento das convocações e gestão do SCDP.

Além de tais eventos, a reforma e ampliação da sede administrativa e posto de fiscalização de Macapá, demandaram o constante acompanhamento da obra, o que foi realizado pelo Agente de Infraestrutura Predial, mas também remeteram o gestor a uma necessidade de aquisição de mobiliário para que os novos espaços possam ser devidamente utilizados quando da entrega das obras, o que está em vias de ocorrer. Para viabilização de móveis, foi feito minucioso levantamento das necessidades e preparado processo para aquisição dos mesmos através do sistema de registro de preço.

Contudo, mesmo diante das dificuldades encontradas, o Núcleo desempenhou suas atribuições de forma a propiciar a logística necessária para o cumprimento da missão institucional da Polícia Rodoviária Federal, qual seja, patrulhamento ostensivo com vistas à diminuição de acidentes e mortes nas rodovias federais.

Para tanto, investiu na capacitação de 04 servidores, os quais realizaram curso de contratações públicas pela Escola de Administração Fazendária, com o intuito de aprimorar os processos de licitações realizadas pela Unidade, seja na fase prepatória, seja na fase externa, ou ainda na fase de execução do contrato quando se faz necessária a sua fiscalização pela Administração.

Somado a isso, realizou as contratações necessárias à manutenção das atividades básicas da unidade, prorrogou contratos considerados vantajosos para a Administração, aderiu a registros de preço de outras unidades do DPRF/MJ, tudo com o intuito de racionalização dos recursos disponíveis e viabilização de aquisições buscando quantidade e qualidade nos produtos e serviços.

6. Gestão de pessoas, terceirização de mão de obra e custos relacionados

6.1 – Composição do quadro de servidores ativos

6.1.1- Demonstração da força de trabalho à disposição da UJ

Quadro 19 – A.5.1.1.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	-	73	-	-
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	-	73	13	1
1.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	-	73	13	1
2. Total de Servidores (1+2+3)	-	73	13	1

Fonte: Núcleo de Administração de Pessoal

6.1.1.1- Situações que reduzem a força de trabalho da UJ

Quadro 20 - A.5.1.1.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ
Tipologias dos afastamentos
Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro

1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	2
1.2. Exercício de Função de Confiança	2
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	1
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	1
5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	1
5.4. Interesses Particulares	1
7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)	4

6.2 - Qualificação da força de trabalho

6.2.1- Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e de funções gratificadas

Quadro 21 – A.5.1.2.1 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e de funções gratificadas UJ (Situação em 31 de dezembro)

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	-	-	-	-
1.1. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	-	1	-	-
2. Funções Gratificadas	-	-	-	-
o Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	-	4	-	-
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	-	5	-	-

Fonte: Núcleo de Administração de Pessoal

6.2.2 - Quantidade de servidores da UJ por faixa etária

Quadro 22 – A.5.1.2.2 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária – Situação em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária (anos)				
	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60
1. Provimento de Cargo Efetivo	-	-	-	-	-
1.1. Servidores de Carreira	6	27	21	15	4
2. Totais (1+2)	6	27	21	15	4

Fonte: Núcleo de Administração de Pessoal

6.2.3 - Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade

Quadro 23 – A.5.1.2.3 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade – Situação em 31/12

-Tipologias do Cargo	-Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
-Servidores de Carreira	-	-	-	6	15	52	-	-	-
-Totais (1+2)	-	-	-	6	15	52	-	-	-

LEGENDA
Nível de Escolaridade
1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: Núcleo de Administração de Pessoal

6.3 - Demonstração dos custos de pessoal da unidade jurisdicionada

Quadro 24 – A.5.1.3 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores

Tipologia Exercício	Vencimento e Vantagem Fixa	Despesas Variáveis					Despesa de Exercício Anterior	Decisão Judicial	Total	
		Retribuição	Gratificação	Adicional	Indenização	Benefício Assistencial e Previdenciário				Despesa Variável
Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provimento em Comissão										
2013	5808391,78	1013,76	749996,59	3080,64	-	502886,23	11621,66	-	1608,75	7077609,41
2012	4.082.521,88	-	534.702,12	11.511,04	-	294.190,15	13.033,98	300,13	4.027,13	4.490.286,43
2011	3.357.239,99	514,82	473.883,04	273.675,48	587,76	12.071,28	412.315,60	-	5.327,09	4.535.615,06
Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença										
2013	178847,64	-	22464,04	-	-	6991,76	986,40	-	-	209289,84
2012	170.326,71	-	16.405,71	-	-	5.628,00	986,40	-	-	193.346,82
2011	133.525,43	-	22.927,25	18.241,82	-	-	18.241,82	-	343,79	176.887,29
Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior										
2013	131945,08	15497,64	23198,40	-	-	7845,24	-	-	-	178786,36
2012	111.969,28	15.233,16	10.645,72	-	-	6.324,00	-	-	-	144.172,16
2011	112.165,54	15.233,16	15.558,93	-	-	6.324,00	33,03	-	333,77	149.648,43
Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas										
2013	512308,88	13361,39	58780,09	-	-	32977,03	-	-	-	617427,39
2012	480.712,32	11.957,28	63.493,75	-	-	273,62	272,91	-	-	583.798,26
2011	504.103,98	13.011,57	69.174,53	-	-	25.889,11	144,34	-	1.868,01	614.191,54

Fonte: Núcleo de Administração de Pessoal

6.4 - Composição do quadro de servidores inativos e pensionistas

6.4.1 - Classificação do quadro de servidores inativos da UJ segundo o regime de proventos e aposentadorias

Quadro 25 – A.5.1.4.1 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação em 31 de dezembro

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
Integral	6	-
Voluntária	6	-
Compulsória	-	-
Proporcional	3	-
Compulsória	1	-
Invalidez permanente	2	-
Totais (1+2)	9	-

Fonte: Núcleo de Administração de Pessoal

6.4.2 - Demonstração das origens de pensões pagas pela UJ

Quadro 26 – A.5.1.4.2 - Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12

Regime de Proventos do Servidor Instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no Exercício de Referência
Em Atividade	4	-
Total (1+2)	4	-

Fonte: Núcleo de Administração de Pessoal

6.5 – Atos sujeitos ao controle do TCU

Quadro 27 – A.5.1.5.1 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU		Quantidade de atos cadastrados no sisac	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Admissão	12	14	12	14
Concessão de pensão civil		1		1
Totais	12	15	12	15

Fonte: Núcleo de Administração de Pessoal

6.6 - Acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos

Nos casos de acumulação indevida de cargos, o servidor é notificado para optar por um deles, dentro do prazo de 05 dias. Caso não exerça a opção dentro desse prazo ele é notificado de que será exonerado. Se nenhuma manifestação for recebida no prazo de 10 dias, a partir da segunda notificação, o servidor é exonerado.

6.7 - Informações sobre a contratação de serviços de limpeza higiene e vigilância ostensiva

6.7.1 – Contratos de limpeza e vigilância

Quadro 28 - A.5.2.3 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante													
Nome: 4º Distrito Regional da Polícia Rodoviária Federal													
UG/Gestão: 200233/0001							CNPJ:00394494/0140-05						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados				Sit.		
					Início	Fim	F		M			S	
							P	C	P	C	P	C	
2008	V	O	02/2008	Lms ltda	06/06/08	31/03/13		2		2	-	-	E
2008	L	O	07/2008	Maria Rodrigues da Silva	11/11/08	31/10/13		6		3	-	-	E
2013	V	O	04/2013	Macapá Segurança LTDA	01/04/13	31/03/13		1		3	-	-	A
2013	L	O	13/2013	CONAMA – Construções amapaense LTDA	01/11/13	31/10/14		5		4	-	-	A
Observações:													
LEGENDA: Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva. Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

Fonte: Núcleo Administrativo e Financeiro

6.7.2 - Informações sobre locação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos do Órgão

Quadro 29 – A.5.2.4 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante													
Nome: 4º Distrito de Polícia Rodoviária Federal													
UG/Gestão: 200233/00001							CNPJ: 00.394.494/0140-05						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2008	9	O	07/2008	Maria Rodrigues da Silva - EPP	01.11.12	31/10/13	-	6	-	3	-	-	E
2013	9	O	13/2013	Conama – Construções Amapaense LTDA	01.11.13	31/10/14	-	5	-	4	-	-	A
2008	1	O	02/2008	LMS Vigilância e Segurança Privada	01.04.12	31/03/13	-	2	-	2	-	-	E
2013	1	O	04/2013	Macapá Segurança LTDA	01/04/13	31/03/14	-	1	-	3	-	-	A
2012	12	O	02/2012	Centro de Integração Empresa-Escola	13/03/12	12/03/13	-	0	-	8	-	8	A
Observações:													
<p>LEGENDA</p> <p>Área:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Segurança; 2. Transportes; 3. Informática; 4. Copeiragem; 5. Recepção; 6. Reprografia; 7. Telecomunicações; 8. Manutenção de bens móveis 9. Manutenção de bens imóveis 10. Brigadistas 11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes 12. Outras <p>Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.</p>													

Fonte: Núcleo Administrativo e Financeiro

6.7.3 - Composição do quadro de estagiários

Quadro 30 - A.5.2.6 - Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior					
1.1 Área Meio	2	2	2	2	R\$ 16.024,80
2. Nível Médio					
1.2 Área Meio	6	8	10	9	R\$ 45.622,20
3. Total (1+2)	8	10	12	11	R\$ 61.647,00

Fonte: Núcleo de Administração de Pessoal

6.8 - Análise crítica dos recursos humanos:

O fator humano, sem dúvida, principal recurso à disposição das mais variadas organizações, indispensável às instituições policiais, evidencia a importância do policial na construção de um ambiente pacífico na sociedade, através de filosofias como a “Polícia cidadã”, “Policial da comunidade” ou “Polícia de proximidade”, historicamente em prática na Polícia Rodoviária Federal.

Conforme falado anteriormente temos somente 34% do que seria o efetivo ideal para a realização de todas as atividades sob responsabilidade da PRF no Estado do Amapá, que tem uma área de circunscrição de 1.214 quilômetros, abrangidos pelas BR's 156 e 210.

O efetivo existente é empenhado e comprometido com as atribuições do cargo de Policial Rodoviário Federal, entretanto é inexpressivo para cobrir a malha viária de nossas rodovias, com amplos trechos totalmente desguarnecidos pela falta de policiamento ostensivo, em especial no intervalo entre Macapá e Oiapoque (Municípios de Porto Grande, Ferreira Gomes, Tartarugalzinho, Amapá e Calçoene), o trecho ao sul do Estado também é extremamente carente da presença da PRF, por absoluta falta de policiais.

Diante do atual quadro o gestor busca alternativas de manter, ainda que de forma esporádica, o policiamento nos trechos em que não é possível manter equipes constantemente, e para isso, emite ordens de missão específicas buscando minimizar as dificuldades da população que clama por segurança pública.

Considerando que o ano de 2013 foi marcado pelo ingresso de novos servidores, e que gera naturalmente uma cobrança por melhoria nos resultados alcançados, necessário se faz demonstrar a distribuição dos servidores, e a necessidade mínima em cada setor/posto, conforme segue:

UNIDADE E CIRCUNSCRIÇÃO	EFETIVO ATUAL	EFETIVO MÍNIMO
Sede Administrativa (Macapá)	16	20
Núcleo de Operações Especiais - NOE	6	12
Núcleo de Inteligência - NUIINT	2	9
CIOP (Central de Informações Operacionais)	0	8
Posto Macapá - km 230 ao 370 (BR156) - 0 ao 411 (BR210)	19	38
Posto Maracá - km 0 ao 230 da BR-156	-	16
Apoio Tartarugalzinho (Km 370 ao 580 / BR-156)	-	16
Posto Oiapoque (Km 580 ao 803 / BR-156)	12	16
Recinto PRF na Ponte do Oiapoque (km 803 da BR156)	-	16
TOTAL	55	151
Necessidade Atual de Efetivo Mínimo Policial	96	

A carência de servidores na área administrativa tem sido precariamente solucionada com a mão-de-obra de estagiários, os quais não tem vínculo com a Administração, não podem ter todos os acessos necessários para realizar determinadas tarefas, além de não terem habilidades específicas, implicando na necessidade da Unidade de dispor de servidores para ensiná-los, o que nem sempre é possível.

A escassez de mão de obra é muito grande, o que impossibilita a consecução por completo das atribuições inerentes aos Núcleos, ou seja, são eleitas as tarefas mais importantes para priorizar, e as demais vão sendo realizadas de acordo com a possibilidade. Dessa forma, fica extremamente prejudicado o planejamento realizado para o ano, sem falar em inovações no que se refere a ações para melhoria da condição de saúde e trabalho dos servidores.

Outro fator que influencia diretamente na avaliação quantitativa e qualitativa da atividade desenvolvida é a composição do quadro de servidores de apoio, pois dispomos de 19 deles em atividade, o que avaliando de forma quantitativa perfaz um número considerável de servidores,

mas de forma geral não acompanharam o processo de modernização e transformação da Administração Pública, alguns apresentam resistência às mudanças cotidianas, o que impacta negativamente no resultado a ser alcançado, obrigando o gestor a lançar mão de servidores da área finalística para tocar a atividade meio em vários setores.

No decorrer de 2013, do total de 54 PRF's, 16 estiveram desempenhando atividades na sede do Distrito nos diversos núcleos. O setor de Infraestrutura, núcleo administrativo e financeiro e núcleo de policiamento e fiscalização foram contemplados com o recebimento de servidores para atendimento de demandas específicas as quais estavam extremamente carentes de servidores. A partir dessa decisão, foram colhidos os resultados nas ações de educação para o trânsito, incrementação nas contratações realizadas, acompanhamento das obras em execução, dentre outras atividades de apoio.

Importante registrar que os policiais em atividade na sede administrativa também atuam na atividade finalística quando há necessidade de reforço de policiamento, principalmente em finais de semana prolongados, marcados por operações nacionais ou regionais, e em programações específicas de operações conjuntas, tipo RODOVIDA e Operações da Lei Seca (Coordenada pelo Governo do Estado).

Por conta da concentração de atribuições sobre o Chefe do Núcleo de Administração de Pessoal, que esteve também a frente da Infraestrutura Predial no exercício, somado a ausência de espaço físico, as ações de capacitação e patrulha da saúde ficaram extremamente prejudicadas no decorrer de 2013, o que deverá ser retomado no ano de 2014, mesmo que não atinja todo o efetivo previsto, pois a previsão é de que no ano de 2014 haja bastante movimentação de pessoal por conta da formação de novos servidores na Academia Nacional da PRF e preparativos para a operação da Copa do Mundo. Tais eventos irão interferir diretamente na rotina da regional devido as convocações planejadas.

7- Gestão do Patrimônio Mobiliário e Imobiliário

Apesar do esforço dos servidores do NAF em realizar o andamento do Núcleo como um todo, não foi possível avançar em todas as frentes, exemplo disso é a gestão patrimonial do Distrito que continua apresentando inconsistências no que se refere aos imóveis, demanda que também depende de ações da Superintendência do Patrimônio da União para regularização dos mesmos e cadastramento no sistema próprio da União. No decorrer do exercício foi realizado o georreferenciamento dos três imóveis ocupados pela PRF no Estado, o que contou com o apoio do Instituto de Meio Ambiente e Ordenamento Territorial do Estado – IMAP, que foi encaminhado à SPU para as devidas providências.

Dentro da gestão dos bens móveis, foi designada comissão para gestão do armamento disponível, através do processo nº 0867300623/2012-13, o que incluiu levantamento das condições dos equipamentos, conferência de cautelas, atualização dos detentores no sistema do DPRF, proceder os registros das armas no SINARM e identificar aquelas sem condições de uso para o devido procedimento de desfazimento. Tal tarefa está em fase de finalização, restando apenas a conclusão do laudo daquelas destinadas ao desfazimento.

Ainda sobre esse tema é importante considerar que o inventário anual de bens móveis do Distrito foi feito de forma precária tendo em vista que a reforma, que está sendo realizada na sede administrativa e posto de fiscalização de Macapá, tem ensejado a constante movimentação dos móveis e equipamentos, o que será saneado assim que houver a entrega definitiva dos serviços.

7.1- Gestão de frota de veículos próprios

Demonstrativo de Viaturas Operacionais					
	MARCA/MODELO	PLACA	ANO/MOD	TIPO	KM RODADOS
1	M.BENZ/SPRINTER	JFP-6802	2000/2000	CARACTERIZADA	141
2	IVECO/EUROCARG	NEM-1330	1998/1998	CARACTERIZADA	274
3	FIAT/LINEA	NEP-9743	2012/2012	CARACTERIZADA	14.872
4	FIAT/LINEA	NEP-9853	2012/2012	CARACTERIZADA	12.119
5	GM/BLAZER	NET-3504	2010/2011	CARACTERIZADA	23.904
6	GM/BLAZER	NET-3534	2010/2011	CARACTERIZADA	7.635
7	GM/BLAZER	NEY-0967	2011/2011	CARACTERIZADA	24.156
8	GM/ASTRA	NEX-3205	2007/2007	CARACTERIZADA	13.496
9	GM/ZAFIRA	JFQ-4865	2004/2005	CARACTERIZADA	5.171
10	MMC/L200	NEX-9344	2007/2007	CARACTERIZADA	7.679
11	MMC/PAJERO	NEM-0492	2010/2011	CARACTERIZADA	14.532
12	MMC/PAJERO	NEM-0512	2010/2011	CARACTERIZADA	14.183
13	MMC/PAJERO	NEM-3509	2010/2010	CARACTERIZADA	13.081
14	FORD/FOCUS	NEI-9948	2008/2008	CARACTERIZADA	5.520
15	FORD/FOCUS	NEM-1804	2008/2008	CARACTERIZADA	8.300
16	NISSAN/FRONTIER	NEP1602	2012/2012	CARACTERIZADA	16.528
17	NISSAN/FRONTIER	NEP1612	2012/2013	CARACTERIZADA	28.417
18	NISSAN/FRONTIER	NEP-2667	2010/2011	CARACTERIZADA	30.836
19	NISSAN/FRONTIER	NEZ-4084	2010/2011	CARACTERIZADA	11.172
20	HONDA/CB500	JFP-8224	2002/2002	CARACTERIZADA	0
21	HONDA/CB500	JFP-8034	2002/2002	CARACTERIZADA	0
TOTAL					21

Demonstrativo de veículos administrativos					
	MARCA/MODELO	PLACA	ANO/MOD	TIPO	KM RODADOS
22	FIAT/PALIO	NEL-1114	2009/2010	ADMINISTRATIVA	4.993
23	FIAT/PALIO	NEL-1124	2009/2010	ADMINISTRATIVA	3.311
24	FIAT/PALIO	NEM-3969	2008/2008	ADMINISTRATIVA	7.658
25	FIAT/PALIO	NEM-5939	2008/2008	ADMINISTRATIVA	17.857
26	FIAT/PALIO	NEM-5694	2008/2008	ADMINISTRATIVA	4.463
27	FORD/F1000	MVN-3316	1997/1997	ADMINISTRATIVA	1.217
28	FORD/FUSION	NEL-4618	2010/2010	ADMINISTRATIVA	4.238
29	GM/ASTRA	NEX-9717	2007/2008	ADMINISTRATIVA	2.765
30	GM/ASTRA	NEL-8532	2004/2004	ADMINISTRATIVA	9.703
31	MMC/L200	NEX-4224	2007/2007	ADMINISTRATIVA	10.114
32	NISSAN/FRONTIER	NEP-1622	2012/2013	ADMINISTRATIVA	11.398

33	NISSAN/SENTRA	NEO-0778	2010/2011	ADMINISTRATIVA	3.636
TOTAL					12

FROTA 4ºDRPRF/AP POR GRUPO			
Operacional Caracterizado	Motocicleta Caracterizada	Administrativo	Operacional Descaracterizado
19	2	10	2
4ºDRPRF TOTAL			33

MÉDIA ANUAL DE QUILÔMETROS RODADOS	
Quilômetros rodados	Média anual de quilômetros rodados
333.369 (km)	10.102 (por veículo)

IDADE DA FROTA 4ºDRPRF/AP POR GRUPO	
Caracterizado	Administrativo
5,1 anos	5,5 anos

CUSTOS ASSOCIADOS A MANUTENÇÃO (R\$)	
Manutenção (preventiva e corretiva)	80.974,80
Combustíveis	111.545,75
Taxas (Seguro Obrigatório, etc.)	3.905,78

O 4º Distrito Regional possuía no ano de 2013 o quantitativo de 33 (trinta e três) veículos os quais estavam distribuídos da seguinte forma:

- 19 (dezenove) caracterizados para serviço operacional de patrulhamento, fiscalização, atendimento de acidentes e outros serviços;
- 02 (duas) motos caracterizadas;
- 10 (dez) sem caracterização policial para o serviço administrativo diário da sede e postos;
- 02 (dois) veículos descaracterizados para uso operacional (atividade de inteligência).

Os veículos caracterizados são essenciais para a execução da atividade-fim nas rodovias sob circunscrição do 4ºDRPRF, já que é através deles que se desenvolve os serviços de fiscalização, policiamento e atendimento de acidentes, entre outros, demonstrando presença ostensiva e transmitindo segurança para os usuários das vias federais que cortam o Amapá. Os veículos administrativos descaracterizados dão o devido apoio ao serviço operacional, cumprindo atividades-meio para dar suporte ao policial na pista.

O uso da frota no âmbito do 4ºDRPRF/AP baseia-se nas seguintes normativas:

Instrução de Serviço nº 01, de 10 de dezembro de 2008, da Coordenação Geral de Administração – DPRF. Estabelece as diretrizes relativas à gestão da frota dos veículos no âmbito da Sede do Departamento de Polícia Rodoviária Federal.

Instrução Normativa nº 07, de 08 de dezembro de 2011, da Direção-Geral - DPRF. Disciplina a classificação, a identificação, o controle, o uso e a guarda dos veículos terrestres automotores no âmbito da Polícia Rodoviária Federal e dá outras providências.

Instrução Normativa nº 03, de 15 de maio de 2008, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG. Dispõe sobre a classificação, utilização, especificação, identificação, aquisição e alienação de veículos oficiais e dá outras providências.

Os critérios de escolha dos tipos de viaturas a serem adquiridas são definidas pelo DPRF, centralizando as compras com o intuito de conseguir melhores preços, mas sempre levando em conta as peculiaridades das regionais.

7.2- Gestão do Patrimônio imobiliário

7.2.1- Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial

Quadro 31 – A.6.2.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2013	EXERCÍCIO 2012
BRASIL	UF 1: Amapá	3	3
	Município 1: Macapá	2	2
	Município 2: Oiapoque	1	1
Subtotal Brasil		3	3
Total		3	3

Fonte: Núcleo Administrativo e Financeiro

7.2.2- Discriminação dos bens imóveis sob a responsabilidade da UJ

Quadro 32 - A.6.2.2 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
200233	0605.0 0206.5 00-1	-	Bom	53.216,80	22/10/12	1.051.609,37	709.049,32	115.527,36
200233	-	-	Bom	-	-	-	496.975,92	46.210,94
200233	-	-	Bom	-	-	-		46.210,94
Total							1.206.025,24	207.949,24

Fonte: Núcleo Administrativo e Financeiro

8. Gestão do uso dos recursos renováveis e sustentabilidade ambiental

8.1- Gestão ambiental e licitações sustentáveis

Quadro 33 - A.8.1 – Gestão ambiental e licitações sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.					X
• Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?					
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente		X			

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.					
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. Produtos reciclados, atóxicos ou biodegradáveis).		X			
4. Nos obrigatórios estudos técnicos preliminares anteriores à elaboração dos termos de referência (Lei 10.520/2002, art. 3º, III) ou projetos básicos (Lei 8.666/93, art. 9º, IX) realizados pela unidade, é avaliado se a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO) é uma situação predominante no mercado, afim de avaliar a possibilidade de incluí-la como requisito da contratação (Lei 10.520/2002, art. 1º parágrafo único <i>in fine</i>), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos? 	X				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? 					X
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? 					X
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório? 	X				
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios? 		X			
9. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens e produtos.				X	
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.				X	
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.				X	
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? 		X			
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? 	X				
Considerações Gerais:					
LEGENDA Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

8.2- Consumo de papel, energia elétrica e água

Quadro 34 - A.8.2 – Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa		Ano de Adesão		Resultados		
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Papel	168	104	142	1.831,20	1.036,85	1.445,50
Água	-	-	-	-	-	-
Energia Elétrica	121714	107784,46	120773,39	35.359,39	22.478,45	25.187,29
			Total		23.515,29	26.642,79

Fonte: Núcleo Administrativo e Financeiro

9-Conformidade e tratamento das disposições legais e normativas

9.1- Deliberações do TCU atendidas no exercício

Não houve deliberações no período.

9.2- Declaração de bens e rendas estabelecidas pela Lei 8.730/93

Informação constante no anexo I.

10-Relacionamento com a sociedade

A Unidade atendeu todas as demandas oriundas da Ouvidoria, bem como atendeu dentro do prazo legal estabelecido todos os pedidos de informação decorrentes da Lei de Acesso à Informação, além disso, priorizou o atendimento ao cidadão diretamente nos SIAC's – sistema Integrado de Atendimento ao Cidadão -, um localizado na Zona Sul da Cidade e o outro na Zona Norte, tudo para facilitar o acesso dos serviços oferecidos pela PRF para a sociedade.

11- Resultados e conclusões

Dentro da perspectiva traçada pela Unidade no exercício, os resultados atingidos foram classificados como satisfatórios pelo gestor, eis que diante das dificuldades encontradas, principalmente com falta de recursos humanos, a regional conseguiu atingir os índices propostos como meta no quantitativo de procedimentos de fiscalização e quantitativo de usuários alcançados pelas ações de educação para o trânsito.

Entretanto, cumpre destacar que o fato de ter alcançado os números desejados não significa que o policiamento ostensivo está sendo realizado de maneira ideal, proporcionando efetiva segurança pública para os usuários das Rodovias Federais no Estado, eis que as ações realizadas tem sido pontuais, mas não permitem a presença constante da PRF em todo o trecho das Rodovias BR's 210 e 156.

Os índices de acidentes, mortos e feridos, no período, foram maiores que os apresentados nos anos anteriores. Mas, como tratado nos resultados operacionais alcançados, são vários os fatores contribuintes para tais aumentos, e o principal deles é o comportamento do motorista. Contudo, os procedimentos de fiscalização estabelecidos para o ano foram alcançados, então há uma demonstração de que a Unidade manteve um esforço para a minimização dos referidos números, mas apesar de todos os esforços operacionais terem sido direcionados à sua minimização, ainda foi um número elevado. Todavia, creio que a Instituição fez seu papel, dentro de sua capacidade de operação, e que a principal mudança precisa ocorrer no condutor, pois sua ação ainda constitui principal causa de acidentes nas rodovias.

Além de gestão para a melhoria da capacidade operacional, também será objeto de acompanhamento no próximo exercício o impulsionamento de projeto executivo para construção de passarelas, ciclovia e sinalização do trecho urbano de Macapá, discussões já iniciadas ainda durante 2010, através de reuniões com a Secretaria de Estado de Transportes e Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, e que ganhou força no ano de 2013 com novas parcerias, dentre elas DETRAN/AP, Prefeitura de Macapá, Observatório do Trânsito, Companhia de Eletricidade do Amapá, dentre outros, os quais passaram a somar para a realização de pequenas intervenções estruturais ao longo do trecho urbano da BR 210 com o intuito de minimizar as estatísticas de acidentes.

Com a viabilização da via modelo na zona urbana de Macapá, o índice de acidentes no local cairá sensivelmente, eis que atualmente é responsável por grande parte das ocorrências na BR 210, com envolvimento de ciclistas e pedestres, os quais disputam espaço com os veículos por falta de via adequada para trafegarem.

No âmbito administrativo, apesar de muitas melhorias alcançadas no exercício, se faz necessária a contínua capacitação dos servidores para que estejam sempre atualizados e capacitados a realizar de forma eficiente suas tarefas. Além disso, o acompanhamento da saúde do servidor é um projeto que tem sido importante para evitar afastamentos frequentes, bem como para detectar precocemente problemas de saúde mais sérios, possibilitando tratamento, portanto precisa ter continuidade e ocorrer com mais frequência durante o ano.

Na gestão de recursos financeiros a Unidade conquistou muitos avanços, realizou contratos necessários para a manutenção da atividade finalística, acompanhou obras durante o exercício, buscou o saneamento para algumas pendências patrimoniais, tanto móveis, quanto imóveis, trabalhou de forma intensa para a migração do sistema de patrimônio e almoxarifado para o SIPAC, o que já está em pleno funcionamento, restando para este exercício a implementação dos serviços nos módulos transporte, protocolo e orçamento.

12- ANEXO I - Declaração do Cumprimento das Obrigações da Lei 8.730/93



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
4º Distrito Regional/Amapá
Núcleo de Administração de Pessoal

DECLARAÇÃO

Assunto: **Relatório de Gestão**

Informamos que, quanto ao preenchimento do quadro A.9.4.1 – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA DECLARAÇÃO DE ENTREGAR A DBR, os servidores em questão autorizaram expressamente o devido acesso pela Receita Federal, às suas respectivas DBRs.

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Luiz', is written over the printed name of the official.

LUIZ HENRIQUE DIAS NEGRÃO
CHEFE DO NAP/AP

QUADRO A.9.6 – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV

DECLARAÇÃO

Eu, **PAULO SERGIO ROCHA DE ANDRADE**, gestor responsável pela inclusão e atualização dos dados nos sistemas), CPF nº 066.730.582-34, Chefe do Núcleo Administrativo e Financeiro, exercido no 4º Distrito Regional de Polícia Rodoviária Federal – 4ºDRPRF/AP, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2013 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 17 da Lei nº 12.708, de 17 de maio de 2012 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Macapá, 28 de março de 2014.

Paulo Sergio Rocha de Andrade

CPF 066.730.582-34

Chefe do NAF/4ºDRPRF/AP

14- ANEXO III - Informações Contábeis



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
SECRETARIA EXECUTIVA
DIRETORIA DE PROGRAMA
COORDENAÇÃO-GERAL DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
COORDENAÇÃO DE CONTABILIDADE

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
4º DISTRITO REG. DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL			200233
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC n.º 1.133/2008, NBC T 16.9 aprovada pela Resolução CFC n.º 1.136/2008 e NBC T 16.10 aprovada pela Resolução CFC n.º 1.137/2008, relativas ao exercício de 2013, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante às ocorrências contábeis registradas no SIAFI, dentre as quais, as seguintes:</p> <p>a) 634 - FALTA AVALIAÇÃO BENS MÓVEIS/IMÓVEIS/INTANGÍVEIS/OUTROS; b) 642 - FALTA/EVOLUÇÃO INCOMPATÍVEL DEP. ATIVOS IMOBILIZADO; c) 674 - SALDO ALONGADO INDEVIDO CONTAS TRANSIT. PASSIVO CIRCULANTE.</p> <p>Para emissão da declaração, foram considerados os seguintes critérios:</p> <ul style="list-style-type: none"> • O acompanhamento, a análise e as orientações de ajustes da execução contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora foram realizados pela Setorial de Contabilidade do Ministério da Justiça, via SIAFI; e • A análise dos documentos de suporte foi realizada pela unidade gestora e registrada a Conformidade de Registro de Gestão no SIAFI. <p>Os Demonstrativos do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico não estão disponibilizados no SIAFI.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília/DF	Data	22 de Janeiro de 2014
Contador Responsável	JOSÉ CARLOS GOMES	CRC nº	DF - 9.261/O-7

JOSÉ CARLOS GOMES
 CONTADOR
 Coordenador

15- ANEXO IV – JUSTIFICATIVA DAS RESTRIÇÕES CONTÁBEIS



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL
4º DISTRITO REGIONAL DE POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL
Núcleo Administrativo e Financeiro

Memorando nº 021/20143-NAF/4ºDRPRF

Macapá, 28 de março de 2014.

o Senhor Chefe do 4ºDRPRF/AP

Assunto: **Restrições Contábeis**

Tendo em vista as restrições contábeis constantes da Declaração do Contador, José Carlos Gomes, da Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças – Coordenação de Contabilidade/MJ, documento emitido em 22/01/2014, presto-lhe os seguintes esclarecimentos:

- a) 634 – FALTA AVALIAÇÃO BENS MÓVEIS/INTANGÍVEIS/OUTROS;
- b) 642 – FALTA/EVOLUÇÃO INCOMPATÍVEL DEP. ATIVOS IMOBILIZADO;
- c) 674 – SALDO ALONGADO INDEVIDO CONTAS TRANSIT.PASSIVO

CIRCULANTE

- A partir do mês de setembro/2014 os bens móveis pertencentes ao 4ºDRPRF/AP migraram do Sistema ASI para o Sistema SIPAC – Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos.

No entanto, até 31/12/2014 não foi realizado nenhum lançamento de depreciação ou de reavaliação dos bens móveis, tendo em vista o período de transição.

Desde janeiro/2014 as operações de depreciação e reavaliação passaram a ser efetuadas pelo Sistema SIPAC.

- Quanto à depreciação dos bens imóveis, o SPIUNET não contabiliza os valores das depreciações.

“O Manual SIAFI - Reavaliação, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações (2010, p.11) estabelece que o cálculo da depreciação nos órgãos da Administração pública direta, autarquias e fundações públicas será realizado pelo sistema de controle patrimonial de cada órgão, seguindo as orientações e critérios daquela macrofunção”.

Os PRFs Paulo Andrade (Chefe do NAF) e André Branches (Chefe do NAF, substituto), no período de 08 e 09/04/2014, farão Oficina de Capacitação no SPIUNET, a ser realizado pela SPU.

- Quanto ao Saldo Alongado Indevido, trata-se de GRU referente a devolução de diária efetuada pelo PFR Paulo Afonso, que por algum motivo alheio a nossa vontade deixou de ser realizado antes do encerramento do exercício no Novo SIAFI.

Atenciosamente,

PAULO SERGIO ROCHA DE ANDRADE
Chefe do NAF

RNBT / Fls. 1